

Meiry Peruchi Mezari

**A ESTRUTURA SINTÁTICO-SEMÂNTICA DO SINGULAR NU:
O QUE A MORFOLOGIA DE GÊNERO INDICA?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Roberta Pires de Oliveira.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Peruchi Mezari, Meiry

A estrutura sintático-semântica do singular nu : o que a morfologia de gênero indica? / Meiry Peruchi Mezari ; orientadora, Roberta Pires de Oliveira - Florianópolis, SC, 2013.

122 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Sintaxe-semântica. 3. Singular Nu. 4. Experimento psicolinguístico. 5. Adjetivos. I. Pires de Oliveira, Roberta. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

Folha de aprovação

A todos os que se dedicam a estudar as
línguas naturais.

AGRADECIMENTOS

À Roberta, pela orientação que se iniciou em 2008, nas aulas de semântica da graduação, seguidas por dois anos de iniciação científica, TCC, e mais dois de mestrado; e por tal orientação ter sido não só para a pesquisa acadêmica, mas também para a vida fora da academia;

à minha mãe, que, durante as conversas que tínhamos na época em que ela cursava seu mestrado em Ciências da Linguagem, instigou-me a prestar vestibular para Letras – o que acabou culminando nesta dissertação;

ao meu pai, por me mostrar que muitas coisas importantes não são ditas por palavras;

a todos os meus amigos e amigas, em especial à Ana Raspini e ao Diego Vogt, por dividirem comigo, além da amizade e das agonias da pós-graduação (dentre muitas outras), um apartamento e muito mate;

ao Nycollas, dentre diversos motivos, por ter sido o responsável pela trilha sonora que acompanhou e, algumas vezes, até atrapalhou a redação deste trabalho enquanto estudávamos no mesmo lugar;

à professora Mailce, pelo essencial suporte que me deu na elaboração do experimento linguístico feito para essa pesquisa;

à professora Zilma, por sempre confiar em meu trabalho;

e ao CNPq, pelo apoio financeiro,

meus sinceros agradecimentos!

– ‘Quando uso uma palavra’ – disse Humpty Dumpty em tom escarminho – ‘ela significa exatamente aquilo que eu quero que signifique... Nem mais, nem menos.’

– ‘A questão’ – ponderou Alice – ‘é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes.’

– ‘A questão’ – replicou Humpty Dumpty – ‘é saber quem é que manda. E só isso.’

(Lewis Carrol, 1872)

RESUMO

Este trabalho é uma investigação sobre o tipo semântico do sintagma singular nu no Português Brasileiro e intenta responder ao questionamento de se esse sintagma é um argumento ou um predicado, por meio de um experimento psicolinguístico. Apresentam-se as propostas de Schmitt & Munn (1999) e Pires de Oliveira & Rothstein (2011), que tomam o singular nu como argumento, e a proposta de Müller (2002, entre outros), que o toma como predicado. Mostra-se que a argumentação de Müller em defesa dessa análise é falha especialmente em função do argumento que a autora cria com sentenças predicativas que apresentam um singular nu feminino em posição (ao menos superficial) de sujeito: ela afirma serem gramaticais apenas sentenças nas quais não há concordância de gênero do adjetivo com o “sujeito” singular nu. Com um experimento psicolinguístico, mostra-se que essa intuição não é a dos informantes e propõe-se uma nova análise para tais sentenças: (1) quando o adjetivo apresenta morfologia de gênero feminino, ele está predicando sobre o singular nu e com ele estabelece vínculo de concordância – por isso, ele está em posição sintática de sujeito (e é, em decorrência, sintaticamente, um DP e, semanticamente, um argumento) –; (2) quando o adjetivo não apresenta morfologia de gênero feminino, ele não está predicando sobre a denotação do singular nu como um indivíduo e, sim, sobre um evento/situação, com o qual estabelece vínculo de concordância neutra. Nesse caso, o singular nu não é o real sujeito da sentença.

Palavras-chave: Semântica. Sintaxe. Singular nu. Adjetivos. Concordância de gênero. Português Brasileiro. Experimento psicolinguístico.

ABSTRACT

The present work is an investigation on the semantic type of the bare singular in Brazilian Portuguese and attempts to answer the question of whether this phrase is an argument or a predicate through a psycholinguistic experiment. Propositions from Schmitt & Munn (1999) and Pires de Oliveira & Rothstein (2011) are presented, which take the bare singular as argument, and the proposition of Müller (2002, among others), which take it as predicate. It is shown that Müller's contention in favor of such analysis is flawed, especially because of the argumentation the author creates with predicative sentences which present a feminine bare singular in a position (at least superficially) of a subject: she ensures to be grammatically correct only sentences in which there is no gender agreement of the adjective with the bare singular "subject". With a psycholinguistic experiment, it is possible to show that such intuition is not the one from the participants and a new analysis is proposed for such sentences: (1) when the adjective presents feminine gender morphology, it is predicating on the bare singular and establishes an agreement bond with it – hence, it is in a syntactic position of subject (and is, for that matter, syntactically DP, and semantically an argument) –; (2) when the adjective does not present feminine gender morphology it is not predicating on the denotation of the bare singular as an individual, but on an event/situation, with which it establishes a neutral agreement bond. This way, the bare singular is not the real subject in the sentence.

Keywords: Semantics. Syntax. Bare singular. Adjectives. Gender agreement. Brazilian Portuguese. Psycholinguistic experiment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Parâmetro de Chierchia (1998a, 1998b) por Taveira da Cruz (2012)	45
Tabela 2 - Organização dos informantes em grupos.....	77
Tabela 3 - Organização das sentenças experimentais e expectativa de avaliação pelos informantes.....	80
Tabela 4 - Grupos de sentenças experimentais	82
Tabela 5 - Organização das sentenças experimentais e expectativa de resultado	83
Tabela 6 - Resultado geral do Teste de Julgamento de Gramaticalidade ..	84
Tabela 7 - Resultado do teste de Julgamento de Gramaticalidade conforme o traço de animacidade do sujeito.....	87
Tabela 8 - Resultado geral do Teste de Produção Linguística	89
Tabela 9 - Resultado do teste de Produção Linguística conforme o traço de animacidade do sujeito	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 PANORAMA TEÓRICO.....	25
1.1 INTRODUÇÃO.....	25
1.2 A EPISODICIDADE E A GENERICIDADE	26
1.3 AS TEORIAS SOBRE O SINGULAR NU.....	33
1.3.1 O singular nu é um indefinido.....	34
<i>1.3.1.1 O que é um indefinido?</i>	<i>34</i>
<i>1.3.1.2 A proposta de Müller.....</i>	<i>38</i>
1.3.2 O singular nu denota a espécie.....	43
2 O SINGULAR NU E AS SENTENÇAS PREDICATIVAS	55
2.1 INTRODUÇÃO.....	55
2.2 A (FALTA DE) CONCORDÂNCIA DE GÊNERO E O SNU.....	55
2.3 UMA PROPOSTA DE ANÁLISE	59
3 UM EXPERIMENTO PSICOLINGUÍSTICO	75
3.1 INTRODUÇÃO.....	75
3.2 METODOLOGIA.....	76
3.2.1 Experimento piloto.....	76
3.2.2 Participantes	77
3.2.3 Instrumentos	77
3.2.4 Procedimentos	84
3.3 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE	84
3.3.1 Teste de julgamento de gramaticalidade.....	84
3.3.2 Teste de produção linguística	88
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	93

REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES	99
APÊNDICE A – Teste de Julgamento de Gramaticalidade.....	101
APÊNDICE B – Teste de Produção Linguística	115
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	121

INTRODUÇÃO

As línguas naturais apresentam diversos sistemas de sintagmas nominais (SNs), e há diferentes propostas teóricas para a explicação desses fenômenos. Enquanto algumas línguas parecem ter sistemas mais restritos, só aceitando alguns poucos tipos de SNs – o chinês, por exemplo, só aceita sintagmas nus –, o Português Brasileiro (PB) apresenta um sistema bastante rico:

- (1) Homem é chorão.
- (2) Flores são cheirosas.
- (3) O cavalo chegou ao Brasil com os portugueses.
- (4) Os gatos vivem com os homens há quase 10.000 anos.
- (5) Seu filho já chegou.
- (6) Um mamífero é um animal vertebrado que tem mamas e um coração com quatro cavidades.
- (7) Aquele menino saiu cedo.

As sentenças de (1) a (7) contêm alguns exemplos de SNs possíveis no PB, que estão destacados. Além dos nomes (ou substantivos, na classificação tradicional) que preenchem o núcleo do sintagma, nota-se a possibilidade de sintagmas com artigos – definidos (3) e (4), indefinidos (6), plurais (4) e singulares (3) e (6) –, e pronomes – possessivos (5) e demonstrativos (7). Há, também, o SNs que não apresentam um determinante – ao menos explícito –, como é exemplificado por (1) e (2), e é exatamente por isso que eles são chamados de sintagmas nominais nus. Esses sintagmas podem ser modificados, por exemplo, por adjetivos (8) ou relativas (9), mas não apresentam elementos antepostos ao seu núcleo:

- (8) Cachorro grande incomoda muito.
- (9) Alunos que tiram nota baixa reprovam.

Devido à aparente morfologia de número, os sintagmas nominais destacados em (2) e (9) são comumente chamados pelo nome de plural nu, ao passo que os sintagmas destacados em (1) e (8) são exemplos de ocorrências do singular nu (SNu). Esse último tipo de sintagma é bastante particular no PB especialmente por, nessa língua, ocorrer sem muitas restrições e em diferentes posições sintáticas – diferentemente do que se

observa nas demais línguas românicas¹ ou no inglês, língua que tem uma considerável descrição de seu sistema nominal. Há duas principais análises sintático-semânticas para o SNU no PB, que têm por base duas correntes analíticas para o plural *nu* no inglês: a corrente que propõe que o SNU seja de tipo semântico argumento <*e*> (baseada em CARLSON, 1977), e a corrente, que propõe a análise desse fenômeno como sendo de tipo semântico predicado <*e,t*>. Sintaticamente, por motivos que serão explicados posteriormente, se o SNU for um argumento, ele consiste em um DP; por outro lado, se o SNU for um predicado, ele é um NP.

As propostas linguísticas devem levar sempre em consideração a intuição dos falantes (afinal, a descrição é a da língua falada) e, no caso de um linguista estar analisando a própria língua materna, ele considerará sua intuição. Essa questão é muito importante para este trabalho, uma vez que ele se depara com divergências teóricas baseadas em intuições linguísticas diferentes. Serão apresentadas três propostas de análise para o SNU no PB: uma delas o entende como um predicado (MÜLLER, 2002, entre outros) e as outras duas, apesar de apresentarem diferenças, entendem-no como um argumento (SCHMITT & MUNN, 1999; PIRES DE OLIVEIRA & ROTHSTEIN, 2011). Apesar das diferenças internas a essas propostas, há consenso que uma sentença como (10) é gramatical no PB:

(10) Linguista estuda bastante.

Por outro lado, uma sentença do tipo de (11) gera discussões acerca de sua gramaticalidade:

(11) Professora é divertida.

Müller (2002) julga (11) como agramatical, ao passo que, para Schmitt & Munn (1999) e Pires de Oliveira & Rothstein (2011), ela deve ser gramatical. Müller usa a sua intuição de que (11) é agramatical em sua argumentação em defesa de que o SNU seja um predicado. Como será mostrado posteriormente, apenas DPs desencadeiam concordância de gênero, e Müller defende que o SNU seja um predicado, logo um NP – e por isso ele não poderia estar na posição desencadeadora de concordância no adjetivo ‘divertida’. A autora afirma que sentenças predicativas cujo sujeito aparente é um SNU (feminino) são possíveis apenas se não houver

¹ Para uma descrição do SNU em outras línguas românicas, ver Dobrovie-Sorin *et al.* (2012).

concordância de gênero no adjetivo, como (12):

(12) Professora é divertido.

A proposta de análise de Müller, como será mostrado posteriormente, não prevê que haja diferença de significado entre (11) e (12), sendo a interpretação de (12) algo como ‘em geral, as professoras são divertidas’; a proposta também não prevê que haja alguma restrição na seleção adjetival.

Em função do fato de que a autora do presente trabalho, em consonância com outros autores, aceita tanto a sentença (11) quanto a (12) como gramaticais, decidiu-se verificar questões gramaticais envolvidas nesses tipos de sentença, a fim de decidir se esse é um bom argumento à defesa da análise do SNU como um predicado. Com isso, notou-se que nem todos os adjetivos, quando empregados nesse tipo de sentença – predicativa com um SNU feminino na aparente posição de sujeito² –, geram resultados gramaticais, se não houver concordância de gênero:

(13) Professora é estressada.

(14) *Professora é estressado.

O objetivo geral deste trabalho, então, é verificar o tipo semântico do SNU no PB, através de um experimento psicolinguístico que poderá ajudar na decisão acerca de julgamentos diferentes. Os objetivos específicos são listados a seguir:

- (a) verificar a aplicabilidade da argumentação de Müller (2002), baseada em sentenças predicativas com um SNU em aparente posição de sujeito;
- (b) discutir o significado desse(s) tipo(s) de sentença(s) e a ela(s) apresentar uma proposta de análise sintático-semântica;
- (c) verificar se há restrições relacionadas aos adjetivos nesse(s) tipo(s) de sentença(s).

As hipóteses de trabalho criadas a partir dos objetivos são listadas a seguir:

- (a) o SNU no PB é de tipo semântico <e>, ou seja, é um argumento;

² Uma vez que a forma masculina é analisada como neutra, para verificar o estabelecimento de concordância **expresso** por meio do morfema de gênero feminino no adjetivo serão analisadas sentenças cujo SNU sujeito é um nome feminino.

(b) o argumento de Müller (2002) (que se baseia nas sentenças predicativas que aparentemente não apresentam concordância de gênero) para a análise do SNu no PB como um predicado não se sustenta;

(c) sentenças do tipo de (11) e (12), com e sem marcação flexional de gênero feminino no adjetivo, são gramaticais e não possuem o mesmo significado; em sentenças do tipo (11), o SNu é um DP que está em posição de sujeito da sentença e, por isso, o adjetivo predica sobre a denotação desse DP sujeito; em sentenças do tipo (12), o SNu não é o sujeito da sentença, e por isso não é verificada a morfologia de gênero feminino nele – o sujeito dessas sentenças é um evento/situação³ (por isso o adjetivo não é flexionado no feminino);

(d) há uma divisão interna à classe dos adjetivos: há adjetivos que são aplicáveis a indivíduos e eventos/situações e adjetivos que são aplicáveis apenas a indivíduos – isso explica a agramaticalidade de (14) e sustenta a análise de sentenças sem concordância como sendo sobre situações.

Para o desenvolvimento dos objetivos aos quais esta pesquisa se propõe, a redação desta dissertação está subdividida em três capítulos, organizados da seguinte maneira: no capítulo 1, é apresentado um panorama teórico. Esse panorama, primeiramente, apresenta os conceitos de sentenças genéricas e sentenças episódicas, a fim de fornecer subsídios para a análise posterior das sentenças-objeto desta pesquisa. Em seguida, são apresentadas as três principais propostas de análise para o fenômeno do SNu no PB: 1.3.1 é a subseção que apresenta o SNu como predicado (e, para tanto, foi subdividida em duas seções menores: a definição de indefinido e a proposta de Müller (2002, entre outros)), e 1.3.2 é a subseção que apresenta o SNu como um argumento, primeiramente sob o ponto de vista de Schmitt & Munn (1999), seguido pela proposta de Pires de Oliveira & Rothstein (2011).

O capítulo 2, por sua vez, apresenta a intuição da autora deste trabalho para as sentenças de Müller e, posteriormente, uma análise das sentenças predicativas com e sem marcação de gênero feminino em sentenças predicativas com um SNu sujeito. A partir disso, são levantadas hipóteses com base em uma proposta de análise, a serem verificadas no capítulo subsequente. A fim de verificar as hipóteses levantadas, foi elaborado um experimento psicolinguístico envolvendo dois diferentes testes: um de julgamento de gramaticalidade e outro de produção

³ Apesar de haver diferenças entre eventos e situações, para os fins deste trabalho, eles serão tomados indistintamente.

linguística. O capítulo 3 apresenta o método empregado nesse experimento, bem como a apresentação e análise dos resultados obtidos. A pesquisa é encerrada com as considerações finais, às quais se seguem a lista de referências e os apêndices.

CAPÍTULO 1 - PANORAMA TEÓRICO

1.1 INTRODUÇÃO

Sentenças como (1), em inglês, ou (2), em francês, são exemplos de sentenças genéricas. Segundo a literatura especializada, esse tipo de sentença ocorre em todas as línguas, e se contrapõe às sentenças episódicas, como exemplificadas em (3), em inglês:

- (1) The man is mortal.
o homem é mortal
O homem é mortal.
- (2) L'homme est mortel.
o homem é mortal
O homem é mortal.
- (3) The tall man crossed the street.
o alto homem atravessou a rua
O homem alto atravessou a rua.

A genericidade ou episodicidade de uma sentença, porém, não advém sempre do mesmo tipo de expressão linguística, como esclarecem Krifka *et al.* (1995) – a mais famosa introdução ao estudo da genericidade. No presente capítulo, em seu item 1.2, serão apresentados e explicados esses conceitos de *episodicidade* e *genericidade* em linguística – mais especificamente, os conceitos de *sentença episódica* e *sentença genérica* e de *DPs particulares* e *DPs genéricos*. Nessa apresentação, será possível perceber que, no PB, são muitas as maneiras de se expressar afirmações genéricas por meio de diferentes sintagmas nominais, e que dentre esses está o SNu, objeto da presente pesquisa.

Como o SNu é uma estrutura sintático-semântica analisada sob diferentes propostas teóricas, será apresentado um panorama geral sobre as teorias para explicar tal fenômeno em 1.3. Primeiramente, em 1.3.1, será apresentada a proposta de Müller (2002, entre outros), que entende que o SNu seja um indefinido, tendo o tipo semântico de predicado. Em termos sintáticos, isso significa que não se trata de um DP, mas de um NP. Antes, para sua compreensão, será exposta a explicação de Abbot (2004) para o que é um indefinido. Em sequência, no item 1.3.2, serão apresentadas as duas propostas que entendem o SNu, semanticamente, como um argumento, tratando-se, em termos sintáticos, de um DP: a proposta de Schmitt & Munn (1999) e Munn & Schmitt (2005), e a proposta de Pires de Oliveira &

Rothstein (2011).

1.2 A EPISODICIDADE E A GENERICIDADE

As línguas naturais, de acordo com Krikfa *et al.* (1995), apresentam duas maneiras básicas para expressar genericidade. A primeira variedade é a genericidade que ocorre por meio de DPs⁴ que não designam indivíduos particulares e fazem referência à espécie. São as expressões de referência à espécie – ou DPs genéricos, como serão aqui chamados. Os DPs genéricos opõem-se às expressões de referência a objetos – os DPs particulares –, com os quais se denota um indivíduo, objeto nos termos de Krikfa *et al.* (1995), em particular. A ontologia se divide, dessa forma, em dois tipos de indivíduos: as espécies e os indivíduos objetos, como eu e você. Para entender a diferença entre esses dois tipos de indivíduos, é necessário entender que “espécies são um pouco diferentes de indivíduos comuns porque as espécies podem estar aqui e lá, enquanto indivíduos comuns estão geralmente confinados a uma localização em um dado momento” (CARLSON, 1977, p.442 *apud* BEYSSADE, 2012, p.30). Dessa forma,

A principal diferença entre as espécies e os indivíduos ordinários é que as espécies são espacialmente descontínuas, enquanto um indivíduo comum pode sempre ser identificado pelas suas coordenadas espaço-temporais: em um dado momento *t* do tempo, um indivíduo comum só pode estar em um e apenas um lugar, enquanto uma espécie pode ocupar vários lugares. (BEYSSADE, 2012, p.29)

Um indivíduo comum, ordinário – eu, Meiry, por exemplo –, só pode estar em um lugar em um tempo definido. Por outro lado, em um momento dado do tempo – o dia 09 de maio de 2013, por exemplo –, uma espécie – tubarão, por exemplo – está presente em vários lugares diferentes, já que, tratando-se da espécie, há vários espécimes – ou indivíduos objetos, como denominam Krikfa *et al.* (1995)⁵. Dessa forma, uma sentença como (4) é uma sentença que tem um DP genérico:

⁴ De acordo com Miotto *et al.* (2007) entende-se, hoje, que se tratam de DPs, não de NPs. Assim, onde se lê ‘NP’ em Krikfa *et al.* (1995), lê-se ‘DP’ no presente trabalho.

⁵ Seria diferente apenas se, em um momento dado do tempo, existisse apenas um espécime, um último “exemplar” de uma espécie, mas essa é uma contingência.

(4) O cavalo chegou ao Brasil com os portugueses.

Nessa sentença, a propriedade de ter chegado ao Brasil com os portugueses se aplica ao DP genérico ‘o cavalo’, que denota a espécie cavalo e não um cavalo em particular. A sentença é verdadeira se, de fato, essa espécie foi introduzida no Brasil pelos portugueses, independente dos indivíduos objetos.

Sobre a sentença (4), atenta-se ao fato de que o singular definido também pode ter interpretação específica, como em ‘O cavalo de Napoleão era branco.’, sentença na qual o sintagma definido denota um indivíduo em particular no mundo. Há diversas explicações para as interpretações existentes, e uma proposta apresentada para resolver esse problema é a de Dayal (2004). A autora propõe que o artigo definido não tem nada de especial e o que diferencia as duas interpretações – de espécie e de objeto particular – é o nome (predicado), que tem duas denotações possíveis: uma no domínio dos objetos e outra no domínio taxonômico. Dessa forma, o determinante pode se combinar com os dois significados do nome comum, e a familiaridade está ligada ao próprio artigo – esse sendo sempre o operador iota (DAYAL, 2004, p.396). Como o artigo definido não é o objeto de estudos do presente trabalho, deixaremos, aqui, essas questões de lado.

Krifka *et al.* (1995) apresentam dois testes para se identificar um DP genérico, em detrimento de um DP particular. O primeiro desses testes consiste na utilização de predicados de espécie, ou seja, predicados que selecionam expressões de referência à espécie, e que tornam a sentença agramatical caso sejam utilizados com DPs de referência a objetos. Os exemplos são os argumentos externos de verbos como ‘ser extinto’, ‘estar em extinção’, ‘ser exterminado’ e ‘ser um bicho/animal comum’.

(5) O leão/*João será extinto em breve. (apenas leitura de espécie)

(6) Cachorro/*Totó é um bicho comum. (apenas leitura de espécie)

(7) Os dinossauros foram exterminados pela queda de um meteoro.

(8) Dodos foram extintos no século XVII. (leituras de subespécie e espécie)

(9) *João acabou.

(10) Um cachorro esteve em processo de extinção. (apenas leitura de subespécie)

Podemos observar que o singular definido (5) pode ser combinado com predicado de espécie, assim como o singular nu (6), em oposição aos nomes

próprios. O plural nu em (8), com interpretação genérica, é aceitável. Em (7), com o plural definido, tem-se uma leitura de espécie, de que todos os dinossauros foram exterminados. Nota-se, com (9), que o predicado ‘acabou’ é um predicado de espécie, uma vez que não se combina com um nome próprio de indivíduo comum. O indefinido (10) é gramatical, mas tem leitura de subespécie:

(10) a. Um cachorro – o sapsaree – esteve em processo de extinção.

Se a leitura for de objeto, a sentença é agramatical, como é de se esperar – uma vez que o predicado é de espécie:

(10) b. *Um cachorro – o do meu vizinho – esteve em processo de extinção.

O segundo teste para diagnosticar se um DP é genérico ou particular consiste em analisar se o DP é “semanticamente conectado com uma “espécie bem estabelecida” que o sintagma nominal pode, então, referir”⁶ (KRIFKA ET AL., 1995, p.11). Isso porque expressões de referência à espécie não soam naturais quando formadas a partir de espécies pouco estabelecidas:

(11) a. Garrafa de Coca tem gargalo estreito.

b. A garrafa de Coca tem gargalo estreito.

(12) a. Garrafa verde tem gargalo estreito.

b. *A garrafa verde tem gargalo estreito. (com interpretação genérica)

Na sentença (11), o singular nu só tem interpretação genérica, que é a preferencial com o artigo definido. Isso porque ‘garrafa de Coca’ denota uma espécie bem estabelecida, ao passo que ‘garrafa verde’, em (12), não denota. Assim, como ‘garrafa verde’ não é uma espécie familiar, a leitura favorecida em (12b) é a específica: há uma garrafa em particular, conhecida dos interlocutores, que é verde e tem o gargalo estreito. Para que (12b) seja uma sentença aceitável com interpretação genérica, é necessário um contexto bastante específico em que ‘garrafa verde’ seja uma espécie bem estabelecida. Já (12a) só tem leitura genérica.

Conforme já citado, além dos DPs genéricos, há outra forma de se expressar genericidade nas línguas naturais: sentenças “que não expressam

⁶ Tradução minha. No original: “must be semantically connected with a “well-established kind” to which the noun phrase then can refer”.

episódios específicos ou fatos isolados, mas reportam uma espécie de propriedade geral, isso é, reportam uma regularidade que reúne grupos de episódios ou fatos particulares”⁷ (KRIFKA ET AL., 1995, p.2). Essas sentenças são conhecidas, na literatura especializada, como *sentenças genéricas*. De acordo com os autores, “muito do nosso conhecimento de mundo, e muitas de nossas crenças sobre o mundo, são expressos em termos de sentenças genéricas”⁸ (ibidem, p.3). Isso porque as sentenças genéricas “são uma forma ao mesmo tempo importante e usual de como os seres humanos armazenam e trocam informações, pois essas sentenças expressam (o que para nós se apresentam como) regularidades ou leis mais gerais.” (MÜLLER, 2003, p.153) Um exemplo de sentença genérica é (13):

(13) Cachorros latem.

A literatura considera que sentenças genéricas são sentenças nas quais há um operador de genericidade encoberto, representado por GEN, provavelmente sendo ligado, no PB, ao morfema modo-temporal do presente do indicativo. Sem entrar nos detalhes, a sentença (13) tem uma forma como a descrita a seguir:

(13') GEN [x]; [se x é cachorro] [x late]

A forma lógica em (13') deve muito a vários autores e é, ainda, bastante imprecisa – o plural não aparece nela. Essa estrutura em três partes – formada pelo quantificador, a cláusula restritiva (ou “restritor”) e o escopo nuclear – se deve à proposta de Lewis (1975) para os advérbios quantificacionais, como ‘geralmente’. Nesta pesquisa, assumir-se-á que essa seja a forma lógica das sentenças genéricas, sem maiores discussões, já que é ela a adotada na literatura.

As sentenças genéricas se opõem às sentenças particularizadas – também conhecidas como episódicas –, “que expressam afirmações sobre eventos particulares, propriedades de objetos particulares, e assim por

⁷ Tradução minha. No original: “which do not express specific episodes or isolated facts, but instead report a kind of general property, that is, report a regularity which summarizes groups of particular episodes or facts”.

⁸ Tradução minha. No original: “Much of our knowledge of the world, and many of our beliefs about the world, are couched in terms of characterizing sentences.”

diante”. (KRIFKA ET AL., 1995, p.3)⁹ Além disso, apenas as sentenças particularizadas se localizam espaço-temporalmente:

Uma sentença genérica pode ser caracterizada negativamente pelo fato de que não está ancorada espaço-temporalmente. Há pelo menos duas formas diferentes de fazer com que uma sentença não seja espaço-temporalmente ancorada: (i) enunciando uma generalização de entidades particulares ou de situações ou (ii) atribuindo uma propriedade a uma espécie. No primeiro caso, usamos uma forma verbal [...] que permite afirmar de um indivíduo que ele tem uma disposição específica. [...] No segundo caso, enunciamos uma generalização, não quantificando implícita ou explicitamente sobre situações [...] mas atribuindo uma propriedade a um sujeito não específico, a um sujeito que denota uma espécie. (BEYSSADE, 2012, p.28)

Apesar de serem dois fenômenos distintos, essas maneiras de expressar genericidade – os DPs genéricos e as sentenças genéricas – podem ocorrer combinadas em uma mesma sentença, como em (14):

(14) Leão ruge alto.

A tradução dessa sentença é: em geral, se algo é um espécime da espécie leão, então ele ruge alto. Para que tal interpretação seja possível, acontece uma operação de realização da espécie (cf. CARLSON, 1977). Como é possível notar com (14), há uma característica comum: os DPs genéricos, denotando espécies, são generalizações de objetos particulares (que podem ser indutivas ou dedutivas), enquanto sentenças genéricas abstraem-se de eventos e fatos particulares (KRIFKA ET AL., 1995, p.4).

Assim como para diferenciação entre DPs genéricos e DPs particulares, Krifka *et al.* (1995, p.9-14) apresentam testes diagnósticos também para distinção entre sentenças genéricas e sentenças particularizadas. Os autores propõem que, para descobrir se uma sentença é genérica ou particularizada, pode-se acrescentar o advérbio ‘geralmente’ a ela: se não houver grande mudança de significado, trata-se de uma sentença

⁹ Tradução minha. No original: “which express statements about particular events, properties of particular objects, and the like”.

genérica. Por outro lado, se a sentença for episódica, haverá uma grande mudança de significado – muitas vezes tornando a sentença, no mínimo, estranha:

- (15) a. O brasileiro é persistente.
 b. O brasileiro geralmente é persistente.
- (16) a. O japonês desembarcou no aeroporto de Florianópolis.
 b. *O japonês geralmente desembarcou no aeroporto de Florianópolis.¹⁰

Comparando (15a) e (15b), percebe-se que o significado da sentença muda pouco com o acréscimo do advérbio, ao passo que em (16), observa-se uma grande mudança: a inclusão do advérbio torna a sentença agramatical. O teste mostra, portanto, que (15a) é uma sentença genérica e (16a) é uma sentença episódica.

Outro aspecto das sentenças genéricas é que elas não expressam propriedades acidentais, apenas propriedades essenciais. Não são “descritivas”, mas, sim, “normativas”¹¹. Com base nessa característica, outro teste apresentado por Krikfa *et al.* (1995) distingue os dois tipos de sentenças a partir do contraste observado com as sentenças a seguir¹²:

- (17) a. Cachorro tem pintas.
 b. Cachorro late.
- (18) a. O cachorro tem pintas.
 b. O cachorro late.
- (19) a. Cachorros têm pintas.
 b. Cachorros latem.
- (20) a. Um cachorro tem pintas.
 b. Um cachorro late.

Se ter pintas é uma propriedade acessória a um cachorro, e ‘latir’ denota

¹⁰ Os julgamentos de (a)gramaticalidade presentes neste trabalho são da autora. Quando não o forem, será indicado.

¹¹ É normativo “o que prescreve a regra infalível para alcançar a verdade, a beleza, o bem, etc, ou seja, um bem absoluto; [ou] uma fórmula técnica que garanta o desenvolvimento eficaz de certa atividade.” (ABBAGNANO, 1998, p.717).

¹² Como Krikfa *et al.* (1995) ressaltam, objetos diferentes têm propriedades diferentes. Ter pintas é propriedade acessória a um cachorro, mas a uma onça-pintada é essencial. Essa distinção, portanto, é bastante problemática.

uma propriedade essencial – dados os cachorros conhecidos, isso é, aqueles que são mais normais –, a sentença (20a) só é aceitável tendo leitura taxonômica em casos em que a subespécie está explícita¹³ ou de objeto; tendo leitura genérica, é ruim. Já em (20b), com a propriedade essencial, a sentença é boa. Tanto (17b) quanto (18b) e (19b), com a propriedade essencial ‘latir’, são boas sentenças. Por outro lado, com a propriedade acessória, ‘ter pintas’, (18a), com o artigo definido, tem leitura preferencial de objeto, e (19a), com o plural nu, há leitura genérica e de objeto (existencial), sendo essa a preferencial. Já em (17a), com o singular nu, a sentença só tem interpretação genérica e torna-se uma sentença estranha em função do conhecimento dos falantes de que ter pintas não é uma propriedade essencial da espécie cachorro.

Considerando-se o exposto até este ponto, pode-se realizar uma breve análise do objeto de estudos do presente trabalho. Tome-se as sentenças a seguir, que têm um SNu na posição aparente de sujeito, como (21) e (22):

(21) Mulher chora muito.

(22) Cachorro tem quatro patas.

Para saber se tais sentenças são genéricas ou particularizadas, acrescenta-se o advérbio ‘geralmente’, seguindo Krifka *et al.* (1995). Dessa forma, percebe-se que tais sentenças aparentemente são genéricas, pois não há grande mudança de significado em (21’) e (22’):

(21’) Mulher geralmente chora muito.

(22’) Cachorro geralmente tem quatro patas.

Neste ponto, pode-se concluir que as sentenças que configuram o objeto deste trabalho são sentenças genéricas. Posteriormente, porém, o desenvolvimento do trabalho mostrará que não se tratam exatamente de sentenças genéricas, mas sim da atribuição de uma propriedade a um sintagma que denota uma espécie (no caso, ‘mulher’ em (21) e ‘cachorro’ em (22)). Dar-se-á foco a sentenças predicativas, como já citado. As subseções a seguir tratarão mais especificamente do SNu, e, no capítulo 2, serão apresentadas questões que envolvem as sentenças predicativas com SNu sujeito.

¹³ Como em (i):

(i) Um cachorro – o dalmata – tem pintas.

1.3 AS TEORIAS SOBRE O SINGULAR NU

O singular nu é possível no PB tanto em posição sintática de sujeito, como em (23), quanto de objeto, conforme exemplificado em (24):

(23) Menino é arteiro.

(24) João adora laranja.

Na literatura especializada, há duas propostas teóricas diferentes para se analisar o S_{Nu}, levando-se em conta seu tipo semântico e sua função sintática: (1) como um argumento – de tipo semântico <e> – ou (2) como um predicado – de tipo semântico <e,t>. Em termos sintáticos, como já citado, significa que ou estamos diante de um DP ou de um NP.

Considerando-se que se trate de um argumento, o sintagma nominal preenche uma das valências de um verbo, como uma expressão que denota um indivíduo – sendo, nesse caso, uma expressão de referência direta à espécie. Essa análise é baseada na proposta de Carlson (1977) para o plural nu no inglês. Sobre isso, Beysade (2012, p.30-31) explica:

[Carlson] sustenta que apesar da diversidade das interpretações que podem ser encontradas com relação aos plurais nus (leitura genérica [...] ou existencial [...]), pode-se mostrar que os plurais nus não são ambíguos, que denotam sempre espécies. Quando, em contexto, um plural nu dá lugar a uma interpretação existencial, é porque está combinado com um predicado particular, um predicado *s-level* [*stage level*]. É o predicado, portanto, que dá origem à leitura existencial, e não o sintagma nominal que refere em todos os seus empregos a uma espécie.

Nesse caso, diferentes operações semânticas ocorrem, dependendo do tipo de predicado com o qual o sintagma se combina para formar a sentença. Com um predicado de espécie – como ‘estar extinto’, na sentença (25), em inglês –, o plural nu denota o indivíduo espécie, mas com um predicado de tipo *stage level*¹⁴ – como ‘estar latindo’ em (26), em inglês – o plural nu

¹⁴ A distinção entre *stage-level* e *individual-level predicates* vem de Carlson (1977). Basicamente, um *individual-level predicate* – ou predicado de nível do indivíduo – é verdadeiro em toda a existência de um indivíduo e se aplica apenas a um indivíduo; um *stage-level predicate* – ou predicado de nível de estágio –, por outro lado, é verdadeiro

sofre uma operação de realização da espécie e fechamento existencial (conforme ilustrado em (26')):

- (25) Dinosaurs are extinct.
 dinossauros estão extintos
 (25)' Are-extinct ($\text{dinosaurs}_{\text{kind}}$)
 (26) Dogs are barking.
 cachorros estão latindo
 (26)' $\exists x [\text{R}(x, \text{dogs}_{\text{kind}}) \wedge \text{Are-barking}(x)]$

Schmitt & Munn (1999) foram os que primeiramente propuseram a ideia de Carlson para o SNu no PB, e também o fizeram Pires de Oliveira & Rothstein (2011). As propostas de Schmitt & Munn (1999) e Pires de Oliveira & Rothstein (2011) não se confundem, como será possível perceber em suas descrições. Para o propósito do presente trabalho, porém, elas defendem a mesma posição básica: a de que o SNu denota a espécie e é, portanto, um DP. A outra posição, que entende que o SNu no PB é um predicado, tem como maior representante o trabalho de Müller (2002, entre outros). Essa proposta será detalhada na próxima subseção e, seguida a ela, as propostas teóricas que tentam explicar o SNu no PB como argumento.

1.3.1 O singular nu é um indefinido

Como já citado, há uma proposta para o SNu no PB que o toma como um indefinido e que tem Müller (2002, entre outros) como principal representante. Antes de apresentar a proposta da autora, em 1.3.1.2, será apresentado, em 1.3.1.1, um panorama geral sobre a literatura sobre indefinitude, para esclarecer alguns dos conceitos tomados pela autora em sua proposta.

1.3.1.1 O que é um indefinido?

As características principais que diferenciam definitude e indefinitude, propostas pelo trabalho clássico de Russell (1905), são

apenas em um estágio temporal do seu sujeito. Kratzer (1995) exemplifica *individual-level predicates* com 'ser altruísta' ou 'ter braços anormalmente longos' e *stage-level predicates* com 'estar disponível' ou 'estar sobre uma cadeira'.

definitude e unicidade. A análise lógica baseada na análise de Russell para as descrições definidas apresenta um operador existencial acrescido de uma cláusula que delimita unicidade, diferentemente da formalização da sentença com o indefinido. Explicando esse fato, Abbot (2004) afirma que, para Russell, uma sentença com um indefinido, como (27a), recebe a análise (27b), ao passo que uma sentença com o definido tem uma análise diferente (28a,b) (cf. o trecho sublinhado).

(27) a. Um estudante chegou.

b. $\exists x$ [Estudante(x) \wedge Chegou(x)]

Existe um indivíduo que é estudante e esse indivíduo chegou.

(28) a. O estudante chegou.

b. $\exists x$ [Estudante(x) \wedge $\forall y$ [Estudante(y) \rightarrow y = x] \wedge Chegou(x)]

Existe um indivíduo que é estudante e para todo indivíduo que é estudante, esse indivíduo é o mesmo que o primeiro e esse indivíduo chegou.

Comparando (27a,b) e (28a,b), observa-se que a cláusula que distingue a formalização das duas sentenças (sublinhada) exige, para a semântica do definido, a existência de um e apenas um indivíduo que é estudante. “Nessa perspectiva, o artigo definido expressa a ideia de que todo o conteúdo descritivo que está contido no NP se aplica unicamente, isso é, no máximo a uma entidade no domínio do discurso”¹⁵ (ABBOTT, 2004, p.125). Essa proposta foi amplamente criticada, sendo as críticas mais conhecidas as que dizem respeito à pressuposicionalidade, como apontado por Strawson (1950) – problema que já havia sido indicado por Frege (1978[1892]). O problema da pressuposicionalidade diz respeito ao fato de que a formalização de Russell tornaria a negação da sentença ambígua. A negação de (28a) deveria, portanto, apresentar duas interpretações: na primeira, a negação teria escopo sobre o artigo definido (28c), e o oposto se daria na segunda (28d):

(28) c. [não [existe um e apenas um indivíduo tal que [ele é estudante] e [chegou]]]

d. [existe um e apenas um indivíduo tal que [ele é estudante] e [não [chegou]]]

¹⁵ Tradução minha. No original: “Thus, on this view the definite article expresses the idea that whatever descriptive content is contained in the NP applies uniquely, that is to at most one entity in the domain of discourse.”

Há uma discussão sobre a negação da sentença (28a), mas muitos acreditam que ela não seja ambígua entre (28c) e (28d), tendo-se apenas (28d). Apesar de até os dias atuais não haver consenso a respeito desse problema, tanto Strawson quanto Frege defenderam que as cláusulas de existência e unicidade na formalização em (28b) são pressuposições, não fazendo, portanto, parte do conteúdo da sentença (e essa é a linha adotada por Heim, citada a seguir).

Abbot (2004) apresenta vários outros problemas em relação à (in)definitude, dentre eles a questão do uso atributivo e referencial, as descrições incompletas e as descrições definidas não-únicas. Ressalta-se, especialmente, a questão da familiaridade, que teve impulso com o trabalho de Heim (1982), apresentando uma solução para o problema das já citadas “*donkey sentences*”, como (29), sentença que Heim trouxe dos gregos (via GEACH, 1962) como exemplo, na qual o sintagma ‘um burro’ não pode ter leitura existencial:

(29) Todo fazendeiro que tem um burro bate nele. (exemplo atribuído a GEACH, 1962)

Classicamente, sentenças do tipo *donkey* receberiam a forma lógica como em (29a):

(29) a. $\forall x [\text{Fazendeiro}(x) \wedge \exists y [\text{Burro}(y) \wedge \text{Ter}(x, y)] \rightarrow \text{Bater}(x, y)]$.

Para todo x , se x é fazendeiro e existe pelo menos um y tal que esse y é um burro e x tem y , então x bate em y .

Abbot (2004, p.133) aponta o problema de que, em sua ocorrência final, a variável y fica fora do escopo do operador existencial, o que então expressaria algo como “Qualquer fazendeiro que tem um burro bate em alguma coisa”, e essa não é a interpretação de (29). A anáfora ‘nele’ parece retomar ‘um burro’, mas isso não acontece com a fórmula em (29) – e ainda há o fato de que a sentença relativa ‘que tem um burro’ é uma ilha sintática¹⁶, logo, não haveria como traçar a correferencialidade. Por fim, a fórmula em (29a) não capta as condições de verdade da sentença em (29), porque para ela existe um x que ele bate. Mas note que, para a sentença ser verdadeira, é preciso que, para todo burro que o fazendeiro tenha, ele deve bater nesse burro. Esse não é um problema fácil e está além do escopo desta

¹⁶ Ilha sintática é um domínio do qual não se pode extrair um constituinte.

pesquisa. Para os propósitos aqui intentados, basta ter clara a solução proposta por Heim, por ser ela que ancora a proposta de Müller para o SNu. Abbot (2004, p.133) explica que, na visão de Heim, “a função principal de NPs indefinidos é introduzir novas entidades no discurso, enquanto os NPs definidos são usados para se referir a entidades do discurso já existentes”¹⁷.

A diferença entre NPs indefinidos e definidos foi expressa nas condições de novidade e familiaridade de Heim, respectivamente. NPs indefinidos exigem a introdução de uma variável nova (correspondendo ao ato de abrir uma nova ficha em branco). Por outro lado, NPs definidos exigem ser interpretados com uma variável que já tenha sido introduzida e (no caso de uma descrição definida como oposta a um pronome) cuja ficha correspondente contém uma descrição congruente com a usada no NP indefinido. Isso explica a ideia que pressuposições são mais bem-vistas como informação de plano de fundo ou como fundo comum assumido em um discurso.¹⁸ (ABBOTT, 2004, p.134)

Sob esse ponto de vista, uma sentença como (27a) deveria receber a interpretação em (27c), na qual o quantificador existencial necessário é introduzido por uma regra geral do nível do discurso, exigindo que as fichas dos arquivos correspondam a entidades reais para que o discurso seja verdadeiro (p.134).

(27) c. $\text{Estudante}(x) \wedge \text{Chegou}(x)$

¹⁷ Tradução minha. No original: “a major function of indefinite NPs is to introduce new entities into the discourse, while the definite NPs are used to refer to existing discourse entities.”

¹⁸ Tradução minha. No original: “The difference between indefinite and definite NPs was expressed with Heim’s Novelty and Familiarity conditions, respectively. Indefinite NPs were required to introduce a new variable (corresponding to the act of getting out a new blank file card). On the other hand, definite NPs were required to be interpreted with a variable which has already been introduced, and (in the case of a definite description as opposed to a pronoun) whose corresponding file card contains a description congruent with that used in the definite NP. This explicates the idea that presuppositions are best seen as background information or as the common ground assumed in a discourse.”

d. $\exists [x;]$ [Estudante (x) \wedge Chegou (x)]

Existe pelo menos um x tal que x é estudante e x chegou.

A sentença em (29), então, teria a formalização a seguir:

(29) b. $\forall [x, y]$ [Fazendeiro(x) \wedge Burro(y) \wedge ter(x,y); bater (x,y)]

Para todo par x e y tal que x é fazendeiro e y é burro e x tem y, x bate em y.

Como explicado por Müller (2000, p.3), sentenças nas quais o sintagma indefinido apresenta interpretação genérica são analisadas por Heim (1982) como estruturas tripartites compostas de um **operador** que toma duas sentenças como argumento, a **cláusula restritiva** e a **matriz** ou **escopo nuclear**:

(30) Operador [cláusula restritiva] [escopo nuclear]

(30') GEN x (cláusula restritiva [x]; escopo nuclear [x])

(31) Um número par é um número divisível por 2. (MÜLLER, 2000, p.2, exemplo 3)

(31') **Necessariamente** x [se x é par] [x é um número divisível por 2]. (MÜLLER, 2000, p.3, exemplo 3')

Pode-se, então, tomar um indefinido (sob essa visão) como um predicado que contém uma variável livre a ser fechada por um operador sentencial – explícito ou implícito – e introduz uma ficha com um indivíduo com a propriedade em questão. A afirmação de existência é introduzida por uma regra *default* na ausência de outro tipo de quantificação (MÜLLER, 2003, p.161). Por isso, interpreta-se ‘um homem chegou’ como existe um homem que chegou.

1.3.1.2 A proposta de Müller

Dentre os defensores da hipótese de que o SNu é um predicado, a principal representante é Müller (2002, entre outros), como já citado, e, por isso, sua proposta será aqui brevemente apresentada. De acordo com a autora, seu julgamento para sentenças como (32) é de agramaticalidade, o que se torna um forte argumento contra a abordagem de que o SNu é um argumento. Isso porque, se o SNu for um argumento, espera-se que (32) seja gramatical, em função de que ele figura como sujeito de um predicado de espécie; e, se a sentença for agramatical, então o SNu não pode ser um

argumento:

(32) *Mico leão dourado foi extinto no século XX. (MÜLLER, 2003, p.169, exemplo 86)

Há, porém, razões para se acreditar que o SNu se combina com predicados de espécie, e isso será mostrado posteriormente.

A proposta de Müller defende que o SNu¹⁹ no PB é um NP, não um DP. Quando em aparente posição de sujeito, ela defende se tratar de tópicos (constituintes topicais indefinidos)²⁰, externos à sentença, e diz que o fato de se tratar de NPs explica a ausência de interpretação existencial a esses sintagmas (MÜLLER, 2004). Na esteira de Lewis (1975) e Heim (1982), Müller segue a proposta para os indefinidos apresentada na subseção anterior, mostrando que a variedade de maneiras de se expressar operações de quantificação acaba por se resumir à estrutura tripartite apresentada em (30), e se restringe, para a explicação de seu problema, à quantificação adverbial que ocorre por meio de auxiliares e afixos²¹. Na estrutura tripartite, os quantificadores são interpretados como uma relação que se estabelece entre conjuntos ou propriedades.

Estabelecendo uma correlação entre a estrutura quantificacional e a estrutura informacional de uma sentença (sendo que a segunda determina a posição lógica da primeira), com base em Partee (1991), Müller analisa a restrição da estrutura tripartite como sendo determinada pelo tópico, ao passo que o escopo nuclear é determinado pelo foco (ver nota 20). Essa afirmação é exemplificada tomando-se a sentença (33):

(33) Em São Petesburgo, oficiais sempre acompanhavam bailarinas.

a. Em São Petesburgo, [oficiais]_F sempre acompanhavam bailarinas.

b. Em São Petesburgo, oficiais sempre acompanhavam [bailarinas]_F.
(MÜLLER, 2004, p.81, exemplos 15a,b)

Se o tópico determina a entidade, ou evento, que está sendo quantificado, e

¹⁹ A autora se refere ao SNu como NNs (Nominais Nus sem número) mas, para fins de uniformização terminológica, seguiremos utilizando “SNu”.

²⁰ “O tópico determina as entidades, casos ou eventos sobre os quais está se quantificando e o constituinte focal explicita a afirmação que está sendo feita sobre essas entidades.” (MÜLLER, 2004, p.77)

²¹ A autora explica que a quantificação adverbial pode ocorrer também por meio de quantificadores flutuantes e advérbios quantificacionais.

o foco é o que expressa a afirmação que está sendo feita, então (33a) e (33b) têm as formas lógicas em (34a,b) – nas quais a autora não registra o quantificador –, para poder dar conta das paráfrases em (35a,b):

(34) a. [RESTRICÇÃO/TÓPICO acompanhava uma bailarina x] [ESCOPO NUCLEAR/FOCO oficial x]

b. [RESTRICÇÃO/TÓPICO era acompanhado por um oficial x] [ESCOPO NUCLEAR/FOCO bailarina x] (MÜLLER, 2004, p.81, exemplos 17a,b)

(35) a. Em São Petesburgo, se alguém acompanhava uma bailarina, esse alguém era oficial.

b. Em São Petesburgo, se um oficial acompanhava alguém, esse alguém era uma bailarina. (MÜLLER, 2004, p.81, ex. 18a,b)

Essa é a base da análise de Müller para sentenças genéricas que têm o SNu em aparente posição de sujeito. A autora exemplifica com a sentença (36), para a qual dá a formalização em (36a):

(36) Equação quadrática possui pelo menos uma solução.

(36) a. [GERALMENTE x [RESTRICÇÃO equação quadrática] [ESCOPO NUCLEAR possui pelo menos uma solução x]] (MÜLLER, 2004, p.81, ex. 19a,b)

Müller (2004) mostra, ainda, que sentenças com o presente simples admitem o acréscimo do advérbio ‘geralmente’, por terem uma leitura genérica, ao passo que sentenças com o presente composto não o admitem, por terem leitura episódica – ou seja, por descreverem um único evento:

(37) a. João fala muito

b. Geralmente, João fala muito.

(38) a. João está falando muito agora na sala 325.

b. *Geralmente, João está falando muito agora na sala 325.

(39) a. Político fala muito.

b. Geralmente, político fala muito.

(40) a. *Político está falando muito agora na sala 325.

b. Tem político falando muito agora na sala 325. (MÜLLER, 2004, p.82, exemplos 20-23)

Dessa forma, Müller conclui que o SNu ocupa a restrição da estrutura

quantificacional tripartite e “contribui para introduzir a variável sobre a qual se efetua a generalização. A predição [...] é de que um NN sujeito é sempre um tópico sentencial”. (MÜLLER, 2004, p.82) Esse nominal sempre terá interpretação genérica, nunca permitindo uma específica. Retomando outros textos da autora para a descrição e explicação desse fenômeno (MÜLLER, 2001, 2002), ela reafirma que sentenças genéricas com um SNu em posição de sujeito são casos de quantificação genérica, como exemplificado com (36), ou seja, tem-se “um indefinido que introduz uma variável que é presa por um quantificador genérico provavelmente presente no aspecto verbal” (MÜLLER, 2004, p.88).

Comparando o SNu com um SN com artigo indefinido, Müller argumenta que, no caso do indefinido, há possibilidade de leitura genérica e específica, ao passo que, no caso do SNu, há apenas leitura genérica:

- (41) Um judeu está fazendo jejum hoje.
 a. Tem um judeu que está fazendo jejum hoje.
 b. Todo judeu está fazendo jejum hoje.
- (42) Judeu está fazendo jejum hoje.
 a. #Tem judeu que está fazendo jejum hoje.
 b. Todo judeu está fazendo jejum hoje. (exemplos e julgamentos de MÜLLER, 2004, p.88, exemplos 55-56)

Müller reitera, ainda, o fato de que a interpretação existencial não existe no SNu sujeito, mostrando que ele não se combina com predicados de estágio, apenas com predicados de indivíduo. Tendo essa argumentação como base, a autora segue sua defesa de que o SNu, que aparentemente é sujeito de sentenças, na verdade, não é um sujeito, mas sim um tópico, externo à sentença. Ela cita autores que defendem que a posição de sujeito não é a posição de tópico da sentença, no PB – logo, em uma sentença como a resposta de (43), a posição de sujeito estaria vazia (43b)²²:

- (43) - O que você me diz dos políticos?
 - Político fala muito.
 a. [TEMA Político] [REMA fala muito]
 b. [Político] [_s Ø fala muito] (MÜLLER, 2004, p.90, exemplo 65)

Para explicar por que o SNu não pode ocorrer como sujeito e receber

²² A autora não fala sobre qual tipo de categoria vazia que estaria ocupando tal posição.

interpretação existencial, Müller (2004, p.91) afirma que

NNs [nominais nus sem número, aqui chamados SNU] são equivalentes a substantivos comuns e não a expressões nominais plenas como nomes próprios, descrições definidas ou expressões quantificadas. Por serem NPs, e não DPs, eles não podem ocupar posições argumentais como a posição de sujeito. Explica-se assim a ausência de uma interpretação existencial para os NNs (aparentemente) sujeitos.” (MÜLLER, 2004, p.92)

A defesa da autora para o fato de que o SNU seja um NP e não um DP pauta-se em três pontos: (1) ele não tem exigência de número, podendo ser recuperado, discursivamente, por pronomes singulares ou plurais; (2) ele não dispara a implicatura conversacional de “não mais de um”; (3) ele nunca é específico. Müller afirma que apenas DPs podem receber leitura existencial e, assim, finaliza sua argumentação.

Com a proposta elaborada, Müller explica teoricamente o seu julgamento para sentenças como (32), pois, sendo NPs, e não DPs, eles não podem ocupar posições argumentais, como a posição de sujeito de uma sentença com predicado de espécie. Além disso, a autora entende que a sentença em (44) também é agramatical no PB:

(44) *Menino está com fome.

Ela (MÜLLER, 2002, p.301) explica que, para Diesing (1992), sujeitos de predicados de nível do indivíduo (*individual-level*) são gerados fora do VP, e isso implica que esses sujeitos nunca recebam uma interpretação existencial; por outro lado, sujeitos de predicados de nível de estágio (*stage-level*) são gerados dentro do VP e movidos para a posição de SpecIP, permitindo leituras existenciais e genéricas. Esse é o caso do predicado ‘*available*’ (45). Para um predicado como ‘*intelligent*’ só há a leitura genérica (46):

(45) Firemen are available
bombeiros são/estão disponíveis

(46) Firemen are intelligent.
bombeiros são inteligentes

Finalmente, quando na posição de sujeito de sentenças episódicas

(47), Müller argumenta que o SNu apenas aparentemente ocupa essa posição; na verdade, ele foi movido para uma posição de tópico, acima do VP, e só pode ser então fechado pelo operador genérico.

(47) Naquela festa, menino estava brincando de herói, menina de casinha. (MÜLLER, 2004, p. 87, exemplo 52)

Como ele será necessariamente mapeado para IP, ele só terá leitura genérica. Logo, sentenças episódicas que tenham o singular nu como sujeito seriam sempre agramaticais se a interpretação fosse episódica, como é o caso de (44).

A proposta de Müller, então, considera seu julgamento de agramaticalidade para sentenças com predicado de espécie e sujeito SNu, e toma tal fenômeno como um predicado, $\langle e, t \rangle$, sendo, sintaticamente, um NP que ocupa posição de tópico, não sendo o real sujeito genérico das sentenças em que ocorre. A proposta da autora será retomada no capítulo 2. Na próxima seção, serão apresentadas as propostas de análise que entendem o SNu como um argumento.

1.3.2 O singular nu denota a espécie

Tendo-se apresentada a proposta de Müller para o SNu, nesta subseção será feita uma breve explanação das propostas que tomam tal fenômeno, semanticamente, como um argumento, e, sintaticamente, como um DP. Primeiramente, será apresentada a proposta de Schmitt & Munn (1999) e Munn & Schmitt (2005), e, em seguida, a proposta de Pires de Oliveira & Rothstein (2011).

Devido às grandes diferenças que as línguas apresentam em relação à possibilidade ou não de ocorrência de nominais nus (singulares ou plurais) – por exemplo, no francês não há, no inglês há apenas o nome de massa e o plural e no karitiana todos os nomes são nus – Chierchia (1998) tentou parametrizar as línguas em relação à possibilidade ou não de ocorrência desse tipo de sintagma. Ele propôs que esses sintagmas denotam ou indivíduos – de tipo semântico $\langle e \rangle$ – ou propriedades – de tipo semântico $\langle e, t \rangle$, a partir dos traços semânticos $\pm \text{arg}$ (mais ou menos argumental) e $\pm \text{pred}$ (mais ou menos predicado). A partir desses traços, há quatro possibilidades: $[+\text{arg}, -\text{pred}]$, $[-\text{arg}, +\text{pred}]$, $[+\text{arg}, +\text{pred}]$ e $[-\text{arg}, -\text{pred}]$ (sendo que a quarta possibilidade é descartada em função de que, de tal forma, os nominais não são interpretáveis). Taveira da Cruz (2012, p.101)

traz o parâmetro de Chierchia em tabela, explicando cada possibilidade, conforme ilustrado na tabela 1.

Tabela 1 - Parâmetro de Chierchia (1998a, 1998b) por Taveira da Cruz (2012)

<p>[+arg, -pred] ou do tipo <e>: chinês e japonês</p>	<p>a. SNs ocorrem livremente como argumentos, logo a extensão de todos os nomes é de massa; b. uma vez que espécies não diferenciam entre instanciações singular e plural, essas línguas não possuem um contraste morfológico entre Ns e SNs singulares ou plurais; c. essas línguas não permitem que Ns [nomes] e SNs [sintagmas nominais] se combinem diretamente com numerais; elas exigem a presença de classificadores para número; d. não há artigo definido ou indefinido; e. podem ocorrer nomes nus em posição de argumento.</p>
<p>[-arg,+pred] ou do tipo <e, t>: francês e italiano</p>	<p>a. Ns e SNs denotam obrigatoriamente propriedades; b. apenas sintagmas de determinantes (SDs) podem ser argumentos – a presença de um Determinante é obrigatória; c. um determinante nulo é possível apenas sob as condições de licenciamento de categorias vazias; d. essas línguas possuem morfologia de número, pois indivíduos plurais podem ser construídos a partir de propriedades de nomes comuns (conjunto de entidades atômicas em cada mundo).</p>
<p>[+arg,+pred] ou do tipo <e, <e, t>>: inglês e línguas germânicas</p>	<p>a. Podem referir a propriedades ou espécies; b. Distinção massa/contável; c. argumentos nus são possíveis em certas circunstâncias: (i) quando o SN nu é massa [+arg.]; (ii) quando o SN nu é contável plural [+pred.] e capaz de ter seu tipo mudado para espécie; portanto, singular nu contável não é possível em posição de argumento; d. essas línguas possuem morfologia de número para seus nomes contáveis, pois indivíduos plurais podem ser construídos a partir das denotações dos conjuntos de elementos atômicos que constituem as denotações destes nomes; e. se ocorrem nominais nus, eles serão plurais nus – a operação de mudança de tipo só é possível para plurais, pois esta é uma operação que transforma predicados em espécies e espécies só podem ser construídas a partir de indivíduos plurais.</p>

Tentando rapidamente alocar o PB nos grupos de línguas propostos por Chierchia (1998), nota-se que: (1) ele não cabe no grupo de línguas [+arg, -pred], pois apresenta contraste morfológico de singular e plural nos SNs e artigos, definidos e indefinidos; (2) não cabe no grupo de línguas [-arg,+pred], pois não é sempre necessário que haja um determinante; e, finalmente, (3) o PB não pode ser classificados no grupo [+arg,+pred], pois permite um nominal nu singular. Dessa forma, no modo como essa tabela é construída por Chierchia, não há lugar para o PB com seu SNU – como Schmitt & Munn (1999) atentam, o PB permite tanto o plural nu quanto o singular nu em posição argumental.

Schmitt & Munn (1999) foram os primeiros a chamar atenção para o fato de que a proposta de parâmetro de Chierchia (1998) para os nominais não conseguia explicar o SNU no PB, sendo conceitualmente e empiricamente problemática. O parâmetro de Chierchia prediz que não há singular nu denotando espécie em nenhuma língua, mas os autores afirmam que o SNU no PB faz exatamente isso (p.11). Eles mostram que o SNU não é idêntico ao plural nu, e levantam a hipótese de que ele possa ser um nome de massa, mas concluem que não, após fazerem combinações desse nominal com predicados individualizadores (48), reflexivos (49) e recíprocos (50):

(48) Criança pesa 20 kg nessa idade.

(49) Criança sabe se lavar sozinha.

(50) Criança briga uma com a outra. (exemplos 33 e 35 dos autores)

Os autores notaram que o SNU e o nome de massa nu apresentam diferenças distribucionais, pois os predicados (48)-(50), se combinados com nomes de massa, geram sentenças agramaticais. Assim, eles concluem que não pode ser atribuída uma mesma semântica ao SNU e aos nomes de massa.

Considerando a proposta de Chierchia, Schmitt & Munn (1999) terminam por propor que o SNU no PB, na verdade, não seja de fato um singular, mas sim um DP com determinante vazio, um nome neutro para número, sem projeção funcional de número. Eles mostram isso com vários exemplos, dentre eles o fato de que o SNU pode ser retomado, anaforicamente, por um pronome plural:

(51) Tem criança na sala. E ela está/elas estão ouvindo. (SCHMITT & MUNN, 1999, exemplo 31)

Schmitt & Munn mostram que o SNU é um DP e não um NP a partir do fato de que a conexão de dois NPs (dois predicados) deveria produzir

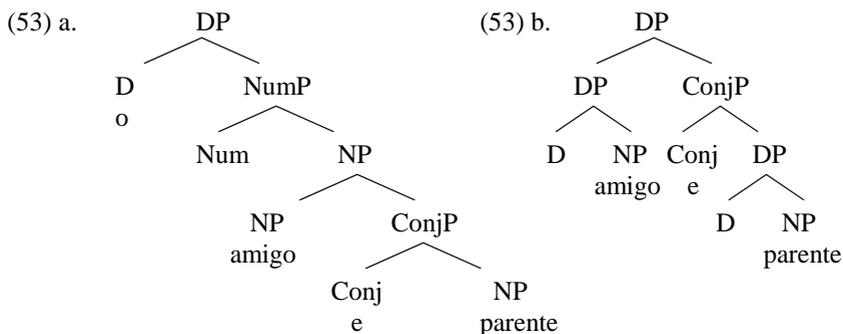
outro predicado. Eles mostram que isso acontece com o definido (52a) e o plural (52b), exemplos em que é possível a leitura de que o indivíduo tenha a propriedade de ser amigo e parente, mas isso não acontece com o SNU (52c), com o qual são indivíduos diferentes: alguns têm a propriedade de ser amigo e outros a de ser parente:

(52) a. Ele encontrou o amigo e parente no aeroporto.

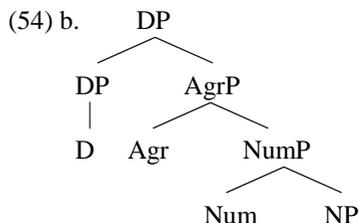
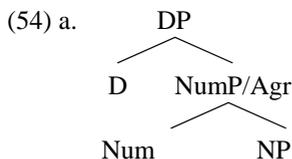
(52) b. Ele encontrou amigos e parentes no aeroporto.

(52) c. Ele encontrou amigo e parente no aeroporto. (SCHMITT & MUNN, 1999, exemplos 44 e 45)

Com a certeza de que o SNU é um DP, a fim de ilustrar a estrutura de tal nominal, como já dito, sem projeção de número, os autores apresentam as seguintes estruturas para o SNU (52c):



Eles descartam a estrutura em (53a) porque não é essa a interpretação da sentença em (52c). A estrutura (53b) mostra que os autores propõem não haver projeção de número para o SNU na sintaxe. Comparando línguas românicas com o inglês, Munn & Schmitt (2005) seguem esse raciocínio, propondo que, por as línguas românicas mostrarem concordância produtiva, e o inglês não o apresentar, a estrutura seria diferente nesses dois casos: para o inglês ter-se-ia (54a), ao passo que (54b) seria a estrutura proposta para as línguas românicas.



De acordo com os autores (p.825), essa propriedade é um fator crucial para permitir que nominais nus contáveis e singulares apareçam livremente em posição argumental no PB, mas não no inglês. A separação entre número e concordância torna possível a aparente falta de número, uma vez que se trata de um item independente – e, uma vez que, no inglês, esses elementos são fundidos, nessa língua isso não pode acontecer. A conclusão dos autores é de que, portanto, o SNU no PB é um DP com a posição de determinante vazia e sem projeção de número. Dessa abordagem, decorrem alguns problemas, que serão apresentados a seguir. Ressalta-se, porém, desde este ponto, que as diferenças entre as propostas apresentadas não se mostram significativas para os objetivos deste trabalho, pois o que as diferencia é o modo como o SNU é derivado.

Pires de Oliveira & Rothstein (2011) mostram que o argumento de Schmitt & Munn (1999) para que o SNU não se aproxime do nome de massa, como discutido com os exemplos (48)-(50), retoma a proposta de Link (1983) de que há uma diferença ontológica entre os contáveis e os massivos. Nessa proposta, os massivos não têm átomos na sua denotação, ao passo que os contáveis têm átomos. As autoras argumentam contra essa tese, defendendo que não se trata de uma distinção em função do tipo de nominal, e sim em função de que, tradicionalmente, a propriedade da homogeneidade é atribuída ao nome de massa, ao passo que a atomicidade é atribuída aos nomes considerados contáveis. Com base em Rothstein (2010), elas explicam que critérios ontológicos não são confiáveis na caracterização da distinção entre massa e contável. Se esse fosse o caso, não se encontrariam diferenças entre as línguas: há línguas que não apresentam a distinção contável/massivo, apenas nomes massivos (chinês), mas todas as línguas que apresentam nomes contáveis também apresentam nomes massivos. As línguas diferem também quanto à classificação dos massivos e contáveis: *'hair'* ('cabelo', em inglês) é massa, mas *'capelli'* ('cabelo', em italiano) é contável.

Com a discussão apresentada, Rothstein (2010) afirma que a distinção entre contáveis e massivos não é ontológica, mas sim linguística –

ou seja, relaciona-se com a maneira como, através de uma língua, denota-se alguma coisa, e não a como o objeto denotado é, de fato, no mundo. A autora cita exemplos como ‘*fence*’ (‘cerca’), ‘*wall*’ (‘muro’) entre outros, mostrando que, apesar de serem homogêneos, esses nomes são contáveis, ao contrário de outros nomes contáveis que são, em maioria, heterogêneos, como ‘menino’, ‘gato’ etc. O contrário também ocorre: há nomes massivos que denotam conjuntos de objetos inerentemente individualizados, heterogêneos, como ‘*furniture*’ e ‘*jewellery*’ (em português também se pode citar ‘móvel’ e ‘bijuteria’).

Com essa reflexão, Rothstein (2010) distingue atomicidade natural de atomicidade semântica. A atomicidade natural “é uma característica de predicados como *furniture* e *child*, que denotam conjuntos de entidades inerentemente individualizadas e, assim, atomicidade natural pode ser em princípio uma propriedade tanto de predicados de massa quanto contáveis.”²³ ‘Móvel’, por exemplo, que é um nome de massa, tem átomos naturais, ao passo que ‘retas’ e ‘linhas’, nomes contáveis, não têm. Pires de Oliveira & Rothstein (2011) distinguem os dois fenômenos. A atomicidade semântica, de acordo com as autoras,

é uma propriedade de nomes contáveis, que denotam conjuntos de átomos indexicalizados contextualmente no qual eles contam como atômicos. Atomicidade natural pode, em princípio, ser uma propriedade tanto de predicados de massa quanto contáveis: *furniture* é um predicado massivo naturalmente atômico, e *child* é um predicado contável naturalmente atômico. *Fence*, por outro lado, é um predicado contável não naturalmente atômico, uma vez que o conjunto de átomos na denotação de *fence* pode variar de contexto para contexto [...]. O conjunto de átomos denotados pelo nome contável *child* (em inglês) não pode variar de contexto para contexto. Assim, embora o parâmetro contextual para o nome contável seja codificado gramaticalmente, a escolha de átomos não é dependente do parâmetro contextual, como é no caso de *fence*. (p.2156)²⁴

²³ Tradução minha. No original: “is a characteristic of predicates such as *furniture* and *child* which denote sets of inherently individuable entities and thus, naturally atomicity can in principle be a property of both mass and

²⁴ Tradução minha. No original: “a property of count nouns, which denote sets of atoms indexed for the context in which they count as atomic. Natural atomicity can in principle

Assim, predicados semanticamente atômicos “são as denotações de predicados singulares contáveis [...] Esses são conjuntos de entidades indexicalizadas que carregam um índice idêntico indicando o contexto no qual eles contam como um.”²⁵ Predicados naturalmente atômicos, por outro lado, “denotam conjuntos de entidades inerentemente individuadas, como *furniture* ou *child*. Esses conjuntos podem ser tanto singulares quanto plurais (em que a pluralidade pode ser tanto lexical quanto gramatical).”²⁶ (PIRES DE OLIVEIRA; ROTHSTEIN, 2011, p.2164)

Com base no exposto, Pires de Oliveira e Rothstein (2011) questionam os predicados que servem de argumento para a tese de Schmitt & Munn (1999), combinando-os com nomes de massa e contáveis que não são prototípicos: sentenças cujo predicado individualizador combina-se com o nome de massa nu sem gerar agramaticalidade (55), assim como predicados recíprocos (56):

- (55) a. Móvel (nesta loja) pesa 20 quilos.
 b. Bijuteria (nesta loja) custa três reais.
 (56) Móvel (dessa marca) encaixa uma na outra.

Da mesma maneira, sentenças com nomes contáveis que não têm átomos naturais combinando-se com predicados individualizadores e recíprocos não são boas:

- (57) ??Cerca (nesse terreno) tem dois metros.
 (58) ??Reta cruza uma com a outra. (PIRES DE OLIVEIRA & ROTHSTEIN, 2011, exemplo 12)

be a property of both mass and count predicates: *furniture* is a naturally atomic mass predicate, and *child* is a naturally atomic count predicate. *Fence* on the other hand is a non-naturally atomic count predicate, since the set of atoms in the denotation of *fence* may vary from context to context [...]. The set of atoms denoted by the count noun *child* (in English) may not in fact vary from context to context, thus although the contextual parameter for the count noun is grammatically encoded, the choice of atoms is not dependent on choice of contextual parameter, as it is in the case of *fence*.”

²⁵ Tradução minha. No original: “are the denotations of singular count predicates. [...] These are sets of indexed entities bearing the identical index indicating the context in which they count as one.”

²⁶ Tradução minha. No original: “denote sets of (possibly k-indexed) inherently indivisible entities, such as *furniture* or *child*. These sets may be either singular or plural (where the plurality may be either lexical or grammatical).”

As sentenças (55)-(58), então, servem de contraprova para Pires de Oliveira & Rothstein (2011), mostrando que os predicados utilizados por Schmitt & Munn (1999) parecem ser sensíveis à distinção entre atomicidade natural e atomicidade semântica, e não à distinção contável-massivo.

As autoras apresentam, ainda, paralelismos do nominal nu com o nome de massa nu, que não haviam sido apontados na literatura especializada, em detrimento do plural nu, que elas defendem ser ambíguo. Com essa argumentação, Pires de Oliveira & Rothstein (2011) atribuem uma mesma semântica para o nome de massa nu e o nominal singular nu, distinta da semântica apresentada para o plural nu. De acordo com a proposta das autoras, em sua forma mais básica, os nomes, chamados nomes raiz, denotam conjuntos de indivíduos e são do tipo semântico $\langle e, t \rangle$, ou seja, predicados. O nome raiz denota um conjunto de indivíduos indiscerníveis, não apresentando uma identificação de unidade estável; ele denota um conjunto de indivíduos que podem apresentar diferentes organizações porque podem ter diferentes unidades. Por esses motivos, o nome raiz não entra na estruturação gramatical, só aparece superficialmente quando sob o escopo de um quantificador: antes disso, sofre operações de mudança de tipo semântico, dentre as quais a que transforma predicados em indivíduos.

Tendo o nome raiz passado pela operação de mudança de tipo, o nome que essa operação gerou pode entrar na estruturação gramatical e ocupar posições argumentais em sentenças. Via soma máxima, através do operador *down*, que transforma predicados (caso do nome raiz) em indivíduos, os nomes resultantes dessa operação denotam o gênero/espécie (CHIERCHIA, 1998).

(59) Cavalo é um bicho dócil.

(60) Petróleo é abundante.

Em (59) e (60), então, o que se estaria fazendo, na visão de Pires de Oliveira & Rothstein (2011), seria uma afirmação sobre a espécie: ‘Cavalo’ e ‘Petróleo’ são nomes próprios de indivíduos; ‘ser um bicho dócil’ e ‘ser abundante’ são predicados de espécie ou gênero/substância. É por esse motivo que a abordagem das autoras é neo-carlsoniana: elas assumem que o nominal nu denota o gênero/espécie sempre – assim como, para Carlson (1977), ocorre com o plural nu no inglês – e não é ambíguo entre essa leitura e uma leitura indefinida, de predicado. Como afirmado anteriormente, a denotação de espécie se dá por meio da aplicação do

operador *down*, que rebaixa o tipo semântico de predicado para indivíduo e denota o indivíduo máximo, o supremo do reticulado, ou seja, um indivíduo formado por tudo o que conta como cavalo, e não apenas no nosso mundo: para cada mundo, ele denota a soma máxima dos indivíduos que têm aquela propriedade naquele mundo. Em (59), então, não se trata só do nosso mundo, mas sim dos indivíduos máximos em todos os mundos. Explicando melhor, o operador *down* atribui para cada mundo o indivíduo máximo que tem aquela propriedade naquele mundo. Em (59) e (60), portanto, não se fala sobre espécimes, e sim sobre o indivíduo gênero Cavalo e sobre o indivíduo gênero Petróleo – nisso, a proposta de Schmitt & Munn (1999) não se difere, uma vez que também são neocarlsonianos.

Tomando-se como exemplo uma sentença caracterizadora como (61):

(61) Menino é chorão.

(62) Leite faz bem para a saúde.

Nesse caso, de acordo com a proposta de Pires de Oliveira & Rothstein (2011), o predicado ‘ser chorão’ é, então, uma propriedade que se aplica ao gênero Menino, não sendo assim necessária a presença de um operador genérico; assim como em (62), o predicado ‘fazer bem para a saúde’ é uma propriedade do gênero Leite. Sob a visão que foi apresentada nesta subseção, as autoras adotam a nomenclatura ‘nominal nu’ para se referir ao que é tradicionalmente conhecido como ‘singular nu’ e ‘nome de massa nu’, por entender que, na verdade, não são fenômenos distintos, opondo-o ao plural nu.

Neste capítulo, foi feita uma breve apresentação de três propostas para o fenômeno do SNu no PB, que não apresentam total consenso teórico nem empírico. Dentre essas propostas, duas tomam o SNu como argumento – Schmitt & Munn (1999) e Pires de Oliveira & Rothstein (2011) – e uma propõe analisar tal fenômeno como sendo semanticamente um predicado (Müller, 2002, entre outros). Sintaticamente, da análise do SNu como argumento, decorre que ele seja um DP e, da análise que o toma por predicado, decorre que ele seja um NP. Para os fins deste trabalho, as divergências internas às propostas que afirmam que o SNu é, semanticamente, um argumento, não se fazem relevantes – uma vez que, como explicado na introdução, um dos objetivos deste trabalho – o principal objetivo – é analisar o tipo semântico desse nominal e a primeira hipótese de trabalho é que o SNu seja um argumento.

No capítulo seguinte, serão apresentadas mais algumas questões levantadas pela proposta de Müller e uma proposta de análise baseada, como citado, na concordância de gênero. No capítulo subsequente, finalmente, serão apresentados os resultados de um experimento para testar as questões relacionadas à empiria.

CAPÍTULO 2 – O SINGULAR NU E AS SENTENÇAS PREDICATIVAS

2.1 INTRODUÇÃO

O panorama teórico apresentado no capítulo 1 mostra muitas diferenças internas às três propostas de análise do SNU. Tais diferenças apresentam, também, naturezas diferentes: algumas têm base no julgamento de gramaticalidade de certos tipos de sentenças, outras têm origem na base teórica utilizada nas análises e outras, finalmente, nas predições que essas teorias fazem. Este capítulo apresenta alguns problemas que surgem quando se toma o SNU, semanticamente, como um predicado. Com base nos problemas apontados, indica-se outra forma de análise, em consonância com a assunção comum à Schmitt & Munn (1999) e Pires de Oliveira & Rothstein (2011), tentando-se mostrar que o SNU no PB é um argumento.

2.2 A (FALTA DE) CONCORDÂNCIA DE GÊNERO E O SNU

Como foi apresentado no capítulo 1, há divergência na aceitação de sentenças predicativas que apresentam o SNU como sujeito de um predicado de espécie, como (1) e (2).

(1) Panda é um animal comum.

(2) *Panda logo estará extinto. (exemplo e julgamento de MÜLLER, 2002, p.285, exemplo 25)

Müller (2002) julga esse tipo de sentença como agramatical, e esse fato serve, como já mostrado no capítulo 1, como argumentação a favor de sua proposta teórica para o SNU no PB. Peruchi Mezari (2011) enumera, brevemente, dois problemas da proposta de Müller. O primeiro desses problemas é que, supondo que o SNU seja um indefinido, é necessário assumir uma posição de ambiguidade para que ele seja gramatical como expressão de referência à espécie – uma vez que se queira dar conta da intuição de que tais sentenças sejam gramaticais. Sem dúvida, esse nominal é possível em sentenças genericamente quantificadas, como (3); mas, como já citado, não é tão claro o que ocorre em sentenças com predicado de referência à espécie.

(3) Cachorro precisa de carinho. (exemplo e julgamento de MÜLLER, 2003, p.159, exemplo 24)

O julgamento das sentenças em (1) e em (2) como agramaticais, porém, não recebe endosso pela autora do presente trabalho, embora possa haver, efetivamente, um problema de mistura de registros que torna a sentença em (2) marcada (mas não agramatical). O SNU parece ser mais coloquial, ao passo que o predicado ‘estar em extinção’, não o é (PIRES DE OLIVEIRA, 2012). Ressalta-se, também, que Pires de Oliveira & Rothstein (2011), bem como Schmitt & Munn (1999), não veem problemas nesse tipo de sentenças, julgando-as gramaticais. Peruchi Mezari (2011, p.40, ex.61-62), além de aceitar tais sentenças, traz dados retirados de *corpora*, como (4) e (5), aos quais se acrescenta (6), e isso se apresenta como um problema para a abordagem de Müller, uma vez que tais dados consistem em ocorrências de SNU como sujeito de predicados de referência à espécie, como ‘ser um bicho esquisito’ (cf. DAYAL, 2004):

(4) Morcego é um bicho esquisito.

(5) Gato é animal de malandro.

(6) Tubarão é um bicho mau.²⁷

Esse, porém, não é um argumento cabal contra a proposta de Müller, uma vez que há a possibilidade, para ela, de adotar uma solução via ambiguidade, como fazem Diesing e Kratzer para o plural nu no inglês: para essas autoras, o plural nu denota a espécie, quando se combina com predicados de espécie, e denota um predicado nos outros casos.

Peruchi Mezari (2011) aponta, ainda, outra diferença de julgamento com relação a Müller, que configura o foco central da presente pesquisa. Tal diferença de julgamento é uma decorrência do fato de que Müller (2002, p.305) observa que, se o singular nu realmente está em posição não argumental (que é o que ela defende, como já mostrado), espera-se que não haja um estabelecimento de concordância entre ele e outros elementos da sentença da qual faz parte. Esse fato decorre de que só um DP pode disparar a concordância (cf. PERELTSWAIG, 2006). De acordo com a literatura especializada, a posição responsável pelo desencadeamento de concordância é SpecIP, como explica Müller:

²⁷ Trata-se de uma sentença encaixada. Dado do inquérito 0128-locutor 146 do projeto Norma Linguística Urbana Culta – NURC-RJ. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

[...] se se considera que é a posição SpecIP que desencadeia a concordância, é significativo que haja uma ausência de concordância de gênero e número em construções predicativas com o singular nu [7a]. Na verdade, a sentença se torna agramatical se o sujeito concorda no gênero com o predicativo [7b]. Por outro lado, ambas as formas são perfeitamente gramaticais com o indefinido singular [8] e o plural nu [9]:²⁸

(7) a. Criança é engraçado.

b. *Criança é engraçada.

(8) Uma criança é engraçada/engraçado.

(9) Crianças são engraçadas/engraçado. (exemplos e julgamentos de MÜLLER, 2002, p.305, ex.16-18)

Explicando melhor a argumentação de Müller, como ela julga a sentença (7b) como agramatical, esse se torna um forte argumento sintático para sua proposta, pois, não apresentando vínculo de concordância com o adjetivo ‘engraçado’, o SNU ‘criança’ não estaria em posição argumental – e, logo, seria um NP. Como a autora não trata da interpretação dessa sentença, entende-se que ela a tome como uma sentença genericamente quantificada, conforme descrito em 1.2.1.2. Dessa forma, entende-se que, semanticamente, Müller descreve tal sentença como (7c):

(7) c. [GERALMENTE x [RESTRICÇÃO criança] [ESCOPO NUCLEAR é engraçado]]

Isso é, (7a) é sinônima de ‘Geralmente, as crianças são engraçadas.’, e a falta de concordância de gênero entre o SNU e o adjetivo mostra que, de fato, ‘criança’ em (7a) é um predicado.

Nesse ponto, porém, retoma-se o problema já indicado de diferenças nos julgamentos de gramaticalidade de sentenças. O julgamento de Müller

²⁸ Tradução nossa. No original: “if one takes that it is the SpecIP position that triggers agreement, it is significant that there is lack of gender and number agreement in predicative constructions with the bare singular [7a]. Actually, the sentence becomes ungrammatical if the subject agrees in gender with the predicate [7b]. On the other hand, both forms are perfectly grammatical with the indefinite singular [8] and the bare plural [9].”

para (7a) recebe endosso pela autora do presente trabalho; contudo, diferentemente de (7a), o julgamento atribuído por Müller a (7b) não recebe, aqui, endosso – entende-se que tal sentença é gramatical. Se uma sentença como (7b) for gramatical, a proposta de Müller não dá a ela um suporte teórico possível; em outros termos, se (7b) for gramatical, não há uma explicação possível para ela dentro do modelo de Müller – e disso decorre a indicação de uma deficiência bastante problemática para sua proposta.

Resumindo, então, o segundo problema apresentado por Peruchi Mezari (2011) à proposta de que o SNU é um predicado: entendendo-se que (7b) seja uma sentença gramatical, o SNU nu pode, sim, ocupar uma posição desencadeadora de concordância. Uma vez que só um DP pode disparar concordância, então um corolário é que o SNU está em posição de sujeito, sendo um DP, e, logo, é de tipo semântico argumento, não predicado. Isso porque

existe uma assunção comum na literatura de semântica e sintaxe de que apenas DPs podem ser argumentos. A lógica do argumento “apenas DP” é como segue: dadas duas categorias, NP e DP, NP sempre denota predicados do tipo $\langle e, t \rangle$, enquanto DPs denotam argumentos do tipo $\langle e \rangle$ ou (para elementos quantificacionais) quantificadores generalizados. Em ordem de uma categoria predicativa tal que NP possa ser um argumento, ele deve ser preso com um DP. O argumento “apenas DP” dá conta da presença aparente de argumentos NP nus posicionando um determinante vazio nesses casos.²⁹ (SCHMITT; MUNN, 1999, p.1-2)

²⁹ Tradução minha. No original: “There is a common assumption in both the semantics and the syntactic literature that only DPs can be arguments. The logic of the “only DP” argument is as follows: given two categories, NP and DP, NPs always denote predicates of type $\langle e, t \rangle$ while DPs denote arguments of type $\langle e \rangle$ or (for quantificational elements) generalized quantifiers. In order for a predicative category such as NP to be an argument, it must be embedded within a DP. The “only DPs” argument accounts for the apparent presence of bare NP arguments by positing an empty determiner in these cases.”

2.3 UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

O último parágrafo da subseção anterior resume o problema desta pesquisa, levando em consideração o julgamento da autora: sentenças predicativas com S_{Nu} disparam ou não concordância de gênero? Dessa questão, decorrem diversos problemas a serem explicados. Parte-se da assunção de que há a possibilidade de ocorrência tanto de (7a), sem concordância, quando de (7b) (aqui repetidas por conveniência), com concordância³⁰.

- (7) a. Criança é engraçado.
 b. Criança é engraçada.

Müller (2002) não trata da interpretação dessas sentenças, porque, para ela, elas são sinônimas e a marcação de gênero em nada interfere em sua semântica; logo, não há diferença em sua formalização. Nesse ponto, coloca-se a seguinte questão:

- (a) Tomando-se como correta a assunção de que tanto (7a) quanto (7b) sejam sentenças gramaticais, então sentenças predicativas que diferem apenas na presença ou ausência de marcação de gênero feminino significam a mesma coisa?

Em decorrência de tal questão, questiona-se:

- (b) Sentenças predicativas que diferem apenas na presença ou ausência de concordância de gênero do S_{Nu} sujeito com o adjetivo têm a mesma semântica e a mesma sintaxe?

Neste ponto, antes de se iniciar essa análise mais detalhada e tentar

³⁰ Em uma rápida busca online, é possível encontrar ocorrências das duas sentenças (7a,b). A seguir, ocorrências dessas sentenças retiradas da internet:

(i) “Criança é engraçado mesmo!” (Disponível em: <<http://renatafeldman.blogspot.com.br/2010/12/coisas-do-genero.html>>. Acesso em: 12 jan. 2013)

(ii) “Criança é engraçada” (Disponível em: <http://toctoclimplim.blogspot.com.br/2010_05_01_archive.html>. Acesso em: 23 fev. 2013)

Trata-se, claro, da variante escrita da língua, e ressalta-se a importância de busca em *corpora* da variante oral.

responder às questões colocadas, é necessário deixar claro que o gênero gramatical (cf. MATTOSO CÂMARA, 1970) abrange todos os nomes substantivos, quer se refiram a *seres animais*, providos de sexo, quer designem apenas “coisas”, desprovidas de sexo, como ‘casa’, ‘ponte’, ‘andaia’ (femininos), ou ‘palácio’, ‘pente’, ‘sofá’ (masculinos) (exemplos do autor). Mattoso Câmara (1970) ressalta que gênero e sexo são coisas diferentes, embora possam coincidir – ou seja, mesmo em substantivos referentes a animais ou pessoas, há discrepância entre gênero e sexo. O linguista afirma que o masculino é uma forma geral, não marcada, e o feminino, por outro lado, indica uma especialização qualquer (‘jarra’ é uma espécie de jarro; ‘barca’ é um tipo especial de barco; ‘ursa’ é a fêmea do animal urso, e ‘menina’ é uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos denominados como ‘menino’).

A flexão de gênero, conforme indicado por Mattoso, é uma só, com pouquíssimos alomorfes, e se realiza com o acréscimo, para o feminino, do sufixo flexional *-a* (/a/ átono final) com a supressão da vogal temática, quando ela existe no singular:

(10) lob(o) + *-a* = loba

(11) autor + *-a* = autora

A concordância de gênero ocorre entre os citados substantivos e os elementos que o modificam, dentre eles os adjetivos. Considerando-se o postulado por Mattoso Câmara (1970) de que o masculino é uma forma não marcada, sempre que se pretenda verificar se uma estrutura linguística apresenta ou não concordância de gênero gramatical, faz-se coerente considerar as estruturas que tornam possível o controle da concordância, ou seja, estruturas que envolvam formas marcadas – logo, o núcleo do sintagma nominal precisa ser um substantivo/nome feminino. Por isso, para a análise da atuação de adjetivos em sentenças predicativas com base na concordância ou na falta de concordância de gênero, será dado foco às estruturas que envolvam nominais nus femininos em aparente posição argumental de sujeito para verificar se a concordância é ou não disparada no adjetivo³¹. Nos exemplos a seguir, é apresentado o julgamento de

³¹ No PB, os substantivos apresentam três padrões em relação ao gênero gramatical:

(1) os que têm sua forma masculina, neutra, e a contraparte feminina (seja pela morfologia de gênero feminina ou por um vocábulo diferente) – como ‘homem’/‘mulher’, ‘menino’/‘menina’;

aceitabilidade dessas sentenças pela autora deste trabalho:

- (7) a. Criança é engraçado.
 b. Criança é engraçada.
 (12) a. Criança é chato
 b. Criança é chata.
 (13) a. *Mulher é fresco
 b. Mulher é fresca.³²

Com os exemplos (7), (12) e (13), nota-se que, com adjetivos como ‘chato/a’ e ‘engraçado/a’, as duas possibilidades de sentenças se mostram gramaticais. Por outro lado, há impossibilidade da ocorrência do adjetivo ‘fresco’, sem concordância, na estrutura, diferentemente da ocorrência com concordância, ‘fresca’. Assumindo a possibilidade de ocorrência de apenas sentenças sem concordância, Müller não trata da questão da seleção adjetival. Para essa autora, todas as sentenças em (a) deveriam ser gramaticais, ao passo que todas as sentenças em (b) deveriam ser agramaticais. A impossibilidade de (13b), portanto, também é inesperada

(2) os que possuem apenas uma forma para masculino/neutro e feminino, mas podem ter o gênero determinado por outros vocábulos, como artigos e pronomes, por exemplo – como (o/a) ‘estudante’, (meu/minha) ‘fã’;

(3) os que não possuem distinção de gênero – como (a) ‘criança’, (o) ‘indivíduo’;

Na análise proposta, independentemente do tipo de substantivo, foram utilizadas apenas possibilidades de gênero gramatical feminino.

Os adjetivos, diferentemente dos substantivos, apresentam apenas dois padrões em relação ao gênero:

(1) biformes: são os que possuem duas formas – uma para o masculino/neutro e uma para o feminino – como ‘bonito’/‘bonita’, ‘escuro’/‘escura’;

(2) uniformes: são os que possuem apenas uma forma – que se combina tanto com palavras masculinas/neutras quanto femininas – como ‘admirável’, ‘frágil’.

Serão utilizados, na análise, apenas os adjetivos biformes, uma vez que apenas eles permitem a verificação do estabelecimento ou não do vínculo de concordância com nomes femininos.

³² A possibilidade da concordância entre o adjetivo e o SNU é atestada por dados retirados de *corpóra* da internet:

(i) “Eu fico pensando nas mulheres que têm câncer, o quanto é dolorido para elas raspar o cabelo porque **mulher é vaidosa**, não tem jeito.” (Disponível em: <<http://paniconaband.band.uol.com.br/blog-post.asp?p=100000499109>>. Acesso em: 30 abr. 2013)

(ii) “[...] aqui em Brasília **mulher é fresca** mesmo!” (Disponível em: <<http://blogs.odia.ig.com.br/leodias/2013/05/27/pronto-falei-131/>>. Acesso em: 3 jun. 2013)

por sua proposta, já que essa sentença deveria ser sinônima de ‘Geralmente, as mulheres são frescas.’, que é uma sentença gramatical. Dessa forma, adiciona-se uma terceira questão para discussão:

(c) Qualquer adjetivo pode figurar nas sentenças predicativas com um SNu feminino como sujeito, com e sem marcação de gênero feminino no adjetivo?

Como registrado, entende-se, aqui, que as sentenças (7) e (12) são gramaticais em suas duas formas – com e sem a flexão de gênero no adjetivo. Por outro lado, a sentença (13) mostra-se diferente, pois a ausência da concordância do adjetivo com o SNu – ou seja, a falta de flexão de gênero feminino no adjetivo – torna a sentença agramatical. Isso se apresenta como indício de que deve haver alguma questão envolvida na seleção do adjetivo nessas sentenças – o que indica que elas não tenham a mesma estrutura sintático-semântica. Reitera-se, também, que a proposta que entende que o SNu é um predicado não considera a agramaticalidade de (13b) – ou seja, a explicação por ela oferecida não a prevê, e, logo, não dá conta do fenômeno. Os pares de sentenças (7a,b), (12a,b) e (13a,b) mostram que não é qualquer adjetivo que pode ser utilizado em sentenças predicativas que têm o SNu feminino como sujeito e não há concordância de gênero com o adjetivo. Qual seria, então, o traço envolvido na seleção do adjetivo nessas sentenças?

Para responder à questão colocada, é preciso entender o que a sentença em (7a) significa. Com a oposição em (13), tem-se um indício claro de que ela não é sinônima de ‘Geralmente, as crianças são engraçadas.’, como entende Müller. Tome-se as seguintes sentenças:

(14) Um sorvete seria ótimo.

(15) Uma cerveja seria ótimo. (MARTIN, 1975, exemplos 2-3)

Em um ensaio bastante breve, Martin (1975) indica, mesmo que sem muita profundidade, o caminho para uma resposta às questões levantadas. Ele faz isso questionando qual seria o sujeito de ‘seria ótimo’ nas sentenças (14) e (15), uma vez que, em (15), o adjetivo não está marcado no feminino, logo, não se verifica o estabelecimento de um vínculo de concordância entre o aparente sujeito feminino e o adjetivo – mesmo ‘cerveja’ sendo uma palavra do gênero feminino, exatamente o que ocorre em (7a). Criando possíveis contextos para que essas sentenças sejam utilizadas com felicidade, o autor sugere (16a) e (17a):

(16) a. Que que vocês vão tomar?

(17) a. Que podemos usar para apagar incêndio no cesto de papéis?

A sentença (14) pode ser empregada como resposta à pergunta em (16a), e o mesmo vale para (15). Martin sugere, ainda, que (15) pode ser resposta a uma pergunta como (17a). Trazendo o raciocínio de Martin para as sentenças anteriormente citadas (7a,b), é possível a criação de contextos para que elas sejam felizes. Pode-se empregar (18) como um bom contexto para (7b) e (19) como um bom contexto para (7a).

(18) - Me diz (dá) uma característica de criança.

- Criança é engraçada./ *Criança é engraçado.

(19) - Por que você gosta de brincar com criança?

- Criança é engraçado./ ?Criança é engraçada.

Note que o contexto (19) permite o uso das duas formas do adjetivo, mas (18) não. Isso já é o suficiente para mostrar que elas não têm a mesma estrutura. (20) mostra a mesma coisa:

(20) - Por que você não gosta de brincar com criança?

- Criança é estressada./ *Criança é estressado./ Criança é estressante.

Com isso, chega-se a uma resposta para a primeira questão colocada (a), a respeito da interpretação de pares de sentenças que se diferem apenas pela presença/ausência de concordância de gênero: as duas sentenças não têm a mesma interpretação – logo, não significam a mesma coisa. Essa é a intuição da autora deste trabalho, assim como a intuição de Martin, afinal ele não propõe que o adjetivo está predicando sobre ‘sorvete’ ou ‘cerveja’ em (14) e (15). Em decorrência desse fato, a respeito da estrutura dessas sentenças, propõe-se seguir o indicado por Peruchi Mezari (2011) de que, em uma sentença como (7b), o adjetivo está predicando sobre o nome ‘criança’, mas esse não é o caso de (7a). Uma descrição mais aprofundada será proposta posteriormente.

A respeito das sentenças sem concordância, Martin (1975) considera os contextos dados para (14) e (15) e levanta uma hipótese que pode ajudar a responder a segunda (b) e a terceira (c) questões aqui levantadas. Ele afirma que

uma cerveja é simplesmente a parte do sujeito de seria

ótimo que sobreviveu a um processo abreviatório, e representa o objeto de usarmos ou de tomarmos de (16b) ou (17b). Isto é, em (15) uma cerveja não é o sujeito de seria ótimo; é o objeto dum verbo que, ao ser omitido, fica “subentendido” por força do contexto. O mesmo vale, é claro, para sorvete em (14). (MARTIN, 1975 [sic])

(16) b. Usarmos uma cerveja para apagar o incêndio no cesto de papéis seria ótimo.

(17) b. Tomarmos uma cerveja seria ótimo. (MARTIN, 1975, exemplos 6-7)

Transpondo tal raciocínio para sentenças como (7a), entende-se que o sintagma nominal é uma abreviatura de uma estrutura infinitiva. Foltran & Rodrigues (2013) debruçam-se sobre sentenças semelhantes. Assim como a intuição da qual parte este trabalho e a intuição de Martin, elas concordam que haja diferenças de interpretação entre sentenças como (21a) e (21b), e afirmam que, no primeiro caso, considerando-se a leitura dessas sentenças, quando há concordância, o predicado atribui uma propriedade a um indivíduo, ao passo que, no caso da não concordância, o predicado se aplica a uma categoria semântica de situação.

(21) a. A Maria bêbada é chata.

b. A Maria bêbada é chato.

(22) a. Alunas que bebem são chatas.

b. Alunas que bebem é chato.

(23) a. Crianças pequenas são cansativas.

b. Crianças pequenas é cansativo. (exemplos e julgamentos de FOLTRAN & RODRIGUES, 2013)

Nesse caso, em (21b), de acordo com Foltran & Rodrigues (2013), a única leitura possível é que o adjetivo ‘chato’ está atribuindo uma propriedade a uma situação, e o sujeito dessa sentença é uma *Small Clause*. Considerando que a cópula seleciona uma *Small Clause*, então, as autoras concluem que o sujeito dessa *Small Clause* também é uma *Small Clause*, e propõem a estrutura em (21c), e a concordância é a *default* observada em sujeitos sentenciais:

(21) c. [Ser [_{SC} [SC a Maria bêbada] chato]]

As sentenças em (22b) e (23b), por outro lado, são analisadas pelas autoras como também envolvendo uma situação, mas não tendo por sujeito uma *Small Clause*. Isso porque o NP não pode ser substituído por um pronome – isso geraria sentenças agramaticais:

- (24) a. *Elas que bebem é chato.
 b. *Elas pequenas é cansativo.

Dessa forma, a proposta das autoras é, resumidamente, que ‘alunas que bebem’ e ‘crianças pequenas’, sujeitos de (22b) e (23b), são DPs. No primeiro caso, o nome é modificado por uma relativa, e, no segundo, por um adjetivo. Esse DP apresenta a ausência de traços *phi* (ϕ) que são necessários ao desencadeamento da concordância. Dessa forma, independentemente de o sujeito ser, sintaticamente, uma *Small Clause* ou um DP, ele é selecionado semanticamente pelo predicado.

Independentemente de se assumir a proposta de Martin (1975) ou de Foltran & Rodrigues (2013), note que a “ausência” aparente de concordância não se dá porque o SNu ‘criança’ em (7a) denota um predicado, conforme Müller defende. Dessa forma, ainda independentemente da proposta que explica (7a), sabe-se que o predicado, nos casos de aparente não-concordância, não está atuando diretamente sobre um indivíduo comum, mas sobre uma situação; assim, a paráfrase para (7a) é algo como “estar numa situação com criança é engraçado”.

Voltando-se o foco às sentenças em que há marcação de gênero feminino (7b), chama-se atenção ao fato de que a relação de predicacão se constrói entre sujeito e predicado, sendo que o predicado concorda com o sujeito. Logo, um sintagma alçado à posição de sujeito (SpecIP) desencadeia concordância no predicado, como já citado³³. Dessa forma, em (25), ‘Maria’ é um DP que está em posição de sujeito de ‘é bonita’, elemento com o qual estabelece vínculo de concordância, sendo que o adjetivo fica na forma marcada, de feminino – e o mesmo acontece em (26), em que ‘andar de bicicleta’ é um VP sujeito (denotando um evento) de ‘é saudável’, sendo que o adjetivo fica na forma não marcada, neutra, porque se trata de uma sentença infinitiva:

- (25) [_{DP} Maria] é bonita.
 (26) [_{VP} Andar de bicicleta] é saudável.

³³ Agradeço a ajuda do prof. Dr. Carlos Miotto para essa questão.

Tendo pressuposta a afirmação da literatura de que o único sintagma capaz de desencadear a concordância marcada de feminino é um DP, retoma-se, mais uma vez, as sentenças (7a,b):

- (7) a. Criança é engraçado.
 b. Criança é engraçada.

Seguindo o raciocínio empregado, ‘criança’ em (7b) é claramente um DP e decorre que ele esteja em posição de sujeito, por haver concordância do gênero feminino com outro elemento da sentença. Por outro lado, o mesmo vocábulo ‘criança’, em (7a) deve ser um DP, mas não deve ser o sujeito da sentença. Como o objetivo deste trabalho não é uma proposta de descrição para esse tipo de sentença, pode-se assumir tanto a proposta de Foltran & Rodrigues (2013) (para quem o DP é o sujeito da sentença e não há vínculo de concordância por ele denotar uma situação), quanto elaborar melhor a proposta de Martin (1975), tomando tal DP como o objeto de uma sentença infinitiva abreviada. Dessa forma, a estrutura de uma sentença como (7a) seria algo como (7c):

- (7) c. [[VP verbo (abstrato)]_{DP} criança] é engraçado]

Como já explicado, a estrutura, tanto sintática quanto semântica, desse tipo de estrutura não será aqui esmiuçada. Ressalta-se, porém, que na verdade não se trata de uma sentença sem concordância, e sim que o adjetivo não está atuando diretamente sobre a denotação do DP [a criança], e sim sobre uma estrutura diferente – uma sentença infinitiva, no caso de Martin (1975), ou uma situação denotada por um DP ao qual faltam alguns traços *phi* – com a qual estabelece concordância neutra, no caso de Foltran & Rodrigues (2013).

Em se tratando da sentença (7b), propõe-se que o adjetivo está predicando diretamente sobre o S_{Nu} sujeito da sentença, que é o que indica a concordância de gênero. Dessa forma, pode-se propor uma análise como (7b’).

- (7) b. Criança é engraçada.
 b’. Engraçada(criança_k)

Nessa estrutura, grosseiramente, a propriedade de ser engraçada está sendo atribuída à espécie criança, representada por ‘criança_k’, denotado pelo S_{Nu}

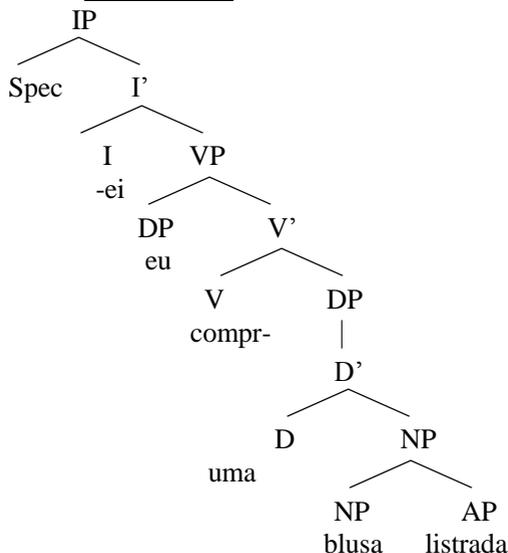
‘criança’. Schmitt & Munn (1999) e Pires de Oliveira & Rothstein (2011) entendem de maneiras diferentes a derivação do indivíduo espécie ao qual a predicação se aplica. Para os fins deste trabalho, porém, não se objetiva fazer uma descrição detalhada, apenas mostrar que a concordância seja um item favorável à proposta de que o SNu é um argumento, não um predicado.

Sob o ponto de vista sintático, um adjetivo pode ter a função de predicativo ou de adjunto do NP, e a diferença entre essas duas funções se reflete na estrutura da sentença. Com a clivagem de uma sentença como (27), nota-se que é impossível separar o nome do adjetivo:

- (27) Eu comprei uma blusa listrada.
 a. Foi uma blusa listrada que eu comprei.
 b. *Foi uma blusa que eu comprei listrada.

O fato de que o adjetivo ‘listrada’ não pode ser separado do nome ‘blusa’, na clivagem, indica que o adjetivo pertence ao DP – ou seja, ele é um adjunto do NP, e é representado em árvore como segue:

- (27) c. Eu comprei uma blusa listrada.



Diferentemente, uma sentença como (28) não permite que o adjetivo acompanhe o nome, quando feita a clivagem. Isso indica, portanto, que ele

é um predicado, não fazendo parte do DP.

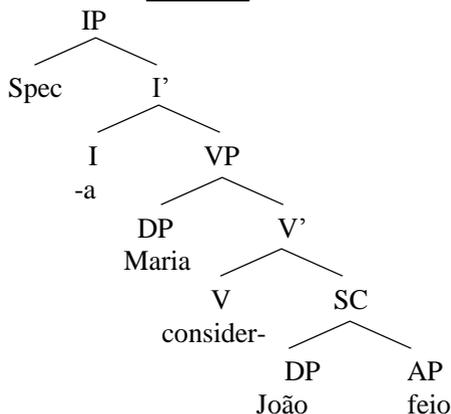
(28) Maria considera João feio.

a. *É João feio que Maria considera.

b. É João que Maria considera feio.

Como o adjetivo é um predicado, ele será, sempre, representado por uma *Small Clause*:

(28) c. Maria considera João feio.



Um adjetivo que funciona como predicativo é, sempre, predicado de uma *small clause*. (MIOTO, QUAREZEMIN, 2012, p.87) e, sabendo que as sentenças objeto são predicativas, tem-se que a estrutura de uma sentença como ‘criança é engraçada’ é uma *small clause*. Resta, ainda, responder à terceira questão (c) colocada no início do presente capítulo:

(c) Qualquer adjetivo pode figurar nas sentenças predicativas, com e sem concordância?

Considerando-se as estruturas propostas a (7a,b), infere-se que a seleção adjetival é diferente nas duas estruturas. Postulando-se, portanto, uma estrutura de situação/evento (denotada(o) superficialmente por DP, como proposto por Foltran & Rodrigues (2013)) ou uma oração infinitiva abreviada, como proposto por Martin (1975)), um adjetivo flexionado é que acaba gerando agramaticalidade, como se nota observando (7d). Além disso, a presença da morfologia de feminino só torna agramatical a sentença

postulando-se essa estrutura de eventos:

(7) d. (Brincar com) criança é engraçado/*engraçada.

Nesses casos, o adjetivo flexionado no feminino gera agramaticalidade em função de que o sujeito não é o sintagma ‘criança’ mas uma estrutura diferente. Tratando-se de um evento, situação, ou de uma infinitiva abreviada, sempre se verificará a concordância neutra. O fato de que alguns adjetivos (como ‘fresco’ em (13b) ou ‘chorão’, em (29), repetidas abaixo por conveniência), geram sentenças agramaticais se dá em função de uma diferença interna à classe dos adjetivos. Reitera-se, mais uma vez, que essa impossibilidade não é prevista pela proposta de Müller – a análise de acordo com sua proposta geraria uma sentença gramatical em (29b), a qual teria uma interpretação como ‘em geral, as crianças são choronas’.

(13) a. Mulher é fresca.

b. *Mulher é fresco.

b'. *Ser mulher é fresco.

(29) a. Criança é chorona.

b. *Criança é chorão.

b'. *Ser criança é chorão.

A hipótese aqui apresentada é de que há adjetivos que só se aplicam a indivíduos e há outros adjetivos que se aplicam tanto a indivíduos quanto a situações/eventos. O que torna as sentenças em (29b) e (13b) agramaticais é que esses adjetivos, ‘fresco’ e ‘chorão’, não se aplicam a situações – uma situação não pode ser chorona nem fresca (no sentido em que mulheres são frescas). Isso explica o que ocorre em (20), aqui repetida:

(20) - Por que você não gosta de brincar com criança?

- Criança é estressada./ *Criança é estressado./ Criança é estressante.

‘Estressado’ é um adjetivo como ‘fresco’, só se aplica a indivíduos, e por isso não pode ocorrer no contexto de (20). Por outro lado, ‘estressante’ é um adjetivo diferente, pode se combinar com situações ou eventos e também com indivíduos. Para explicar a diferença interna à classe dos adjetivos envolvida na seleção desse item, considera-se a diferença estrutural e de significado já proposta para os dois tipos de sentenças aqui analisados. Tome-se como base as seguintes sentenças:

- (30) O homem é perigoso.
 (31) Pedro é perigoso.
 (32) O tremor foi perigoso.

Em (30)-(32), o adjetivo ‘perigoso’ se aplica tanto a ‘o menino’ e ‘Pedro’ quanto a ‘o tremor’ com felicidade, gerando sentenças gramaticais – isso é, ser perigoso é uma propriedade de indivíduos e de situações/eventos. Note, porém, que ‘o menino’ ou ‘Pedro’ são sintagmas que denotam um indivíduo, e é a eles que a propriedade denotada pelo adjetivo é atribuída em (30) e (31); por outro lado, ‘o tremor’ denota um evento ou situação, e é a isso que a propriedade denotada pelo adjetivo é atribuída em (32). Um adjetivo como ‘fresco’ ou ‘chorão’, porém, não tem uma distribuição similar a ‘perigoso’:

- (33) O homem/Pedro é chorão.
 (34) O homem/PedroPedro é fresco.
 (35) *O tremor foi chorão.
 (36) *O tremor foi fresco.

Esses exemplos (30-36) mostram que há dois tipos básicos de adjetivos:

- (i) adjetivos que se aplicam tanto a indivíduos quanto a eventos/situações, exemplificados em (30-32); e
 (ii) adjetivos que se aplicam apenas a indivíduos, exemplificados em (35-36).

Para classificar o tipo de adjetivo – se aplicável apenas a indivíduos ou a indivíduos e também eventos/situações, pode-se aplicar o seguinte teste: se o adjetivo serve para complementar uma sentença como (37), em que se afirma uma propriedade de uma situação, ou uma sentença predicativa cujo sujeito é uma sentença infinitiva, como (38), então se trata de um adjetivo de evento. Tal procedimento, bastante simples, demonstra ser preciso o suficiente para os objetivos deste estudo.

- (37) Esse evento/situação é _____.
 (38) [oração no infinitivo] é _____.

Como exemplos de adjetivos do grupo (i), citam-se ‘divertido’ e ‘engraçado’ (39-40); já para o grupo (ii) pode-se citar ‘medroso’, ‘alto’ e ‘vaidoso’ (41-42).

- (39) Mulher é engraçada/divertida.
- (40) Andar de bicicleta é engraçado/divertido.
- (41) Homem é vaidoso/medroso/alto.
- (42) *Andar de bicicleta é vaidoso/medroso/alto.
- (43) Essa situação é engraçada/divertida.
- (44) * Essa situação é vaidosa/medrosa/alta.

Conclui-se que apenas adjetivos que podem ser aplicados a eventos/situações podem ser utilizados sem flexão marcada de gênero feminino nas sentenças predicativas com sujeito feminino, e isso se dá em função, precisamente, do fato de que o sujeito da sentença denota um evento/situação e o adjetivo está então se aplicando a esse “evento”. Nada disso pode ser explicado pela proposta de análise de Müller. Esse procedimento proposto em (37-38) mostra que a intuição de Foltran & Rodrigues (2013) e Martin (1975) está correta, pois vale para outros sintagmas além do SNu, como o indefinido:

- (45) Uma cerveja seria ótimo/*vaidoso/*fresco/*estressado (‘estressante’ é possível, mesmo que pragmaticamente inconsistente)

Neste capítulo, foi feita uma proposta de análise para sentenças predicativas que apresentam um SNu feminino na posição aparente de sujeito com concordância de gênero, com base na observação dessas sentenças em contraposição às que não apresentam morfologia de gênero feminino no adjetivo. Mostrou-se que:

- (a) segundo a intuição da autora deste trabalho, corroborada por dados de *corpora* da internet, são possíveis sentenças nas quais o adjetivo apresenta morfologia de gênero feminino e também sentenças nas quais o adjetivo não apresenta essa morfologia, havendo, nessas, a concordância neutra;
- (b) a interpretação de tais sentenças não é a mesma;
- (c) essas sentenças se diferem estruturalmente: nas sentenças em que o adjetivo está flexionado no feminino, ele está predicando sobre o referente de um SNu, que é um DP que está na posição de sujeito dessa sentenças, sendo movido do interior de uma *Small Clause* para SpecIP; nas sentenças em que o adjetivo não apresenta morfologia de gênero feminino, ele também está estabelecendo um vínculo de concordância – seja com um DP

que denota situação, ao qual faltam alguns traços *phi*, seja com uma estrutura sentencial não pronunciada, abreviada, da qual o DP feminino é objeto do verbo omitido;

(d) há uma diferença interna à classe dos adjetivos, que são divididos em (i) adjetivos aplicáveis apenas a indivíduos e (ii) adjetivos que são aplicáveis a indivíduos e eventos/situações. Quando se emprega um adjetivo que se aplica apenas a indivíduos, sem morfologia de gênero feminino, em uma sentença predicativa cujo sujeito é um SNU feminino, se obtém uma sentença agramatical.

Se as quatro afirmações propostas, baseadas na análise aqui feita, que é calcada na intuição da autora desta pesquisa, estiverem corretas, decorre que a proposta de Müller (2002), que entende que o SNU no PB é de tipo semântico de predicado, sendo um NP, é problemática porque:

(i) não dá conta de explicar a intuição de que sentenças predicativas que têm um SNU feminino na posição de sujeito são gramaticais – se elas são gramaticais, o SNU sujeito é um DP sendo, semanticamente, um argumento, e isso invalida sua proposta;

(ii) do problema apontado em (i) decorre que não haja uma explicação para a diferença na interpretação dessas sentenças, em relação às sentenças nas quais o adjetivo não apresenta morfologia de gênero feminino, mas há a intuição presente em vários autores de que há diferença de interpretação – logo, (7a) não significa o mesmo que (7b);

(iii) a proposta de que o SNU é um predicado não dá conta da diferença que existe internamente na classe dos adjetivos – na verdade, a proposta sequer prevê a impossibilidade de sentenças como (13b);

(iv) a proposta não tem como atribuir diferentes estruturas sintático-semânticas para (7a) e (7b)

Apesar da intuição da autora deste trabalho, que entende que sentenças como ‘criança é engraçada’ são gramaticais – intuição essa corroborada por Foltran & Rodrigues (2013) –, entende-se que seja necessário verificar a intuição de falantes do PB para verificar a aceitabilidade de tais sentenças – afinal, está-se tentando descrever tal língua. Dessa forma, decidiu-se por elaborar um experimento psicolinguístico, pois a intuição dos falantes de

PB pode dar mais suporte ao que foi proposto até este ponto. A elaboração de tal experimento é descrita no próximo capítulo – no qual são apresentados e analisados, também, seus resultados. O experimento descrito no próximo capítulo foi elaborado com a finalidade de: (1) testar se (7b) é uma estrutura gramatical no PB e (2) testar se há influência do tipo de adjetivo na aceitabilidade de sentenças predicativas com SNu aparentemente sujeito.

CAPÍTULO 3 – UM EXPERIMENTO PSICOLINGUÍSTICO

3.1 INTRODUÇÃO

Especialmente por haver uma discrepância relativa à intuição da gramaticalidade de sentenças predicativas que possuem marcação de gênero feminino no adjetivo em concordância com um SNu feminino em posição aparente de sujeito, e também por essa questão se desdobrar em uma série de outras, como foi mostrado no capítulo anterior, decidiu-se pela elaboração e aplicação de um experimento psicolinguístico. O objetivo de tal experimento era confirmar ou refutar as hipóteses levantadas neste trabalho e, em decorrência, verificar a aplicabilidade da análise proposta no capítulo 2. A respeito do método experimental, Cunha Lima (2005, p. 214, *apud* BASSO, 2007), explica que,

primeiro, [ele] demanda alto grau de detalhamento e hipóteses muito bem explicitadas: formular experimentos funciona como um exercício de reflexão sobre a teoria e é de grande ajuda para encontrar falhas e incoerências em nossas hipóteses. Segundo, fazer experimentos permite incorporar aspectos, como atenção, memória, capacidade de processamento, aos modelos de processamento linguístico, isto é, permite dar um significado mais concreto à tentativa de entender a cognição como algo corporificado.

Dessa forma, antes de descrever o experimento realizado, retoma-se as hipóteses/propostas de trabalho. A primeira hipótese que se colocou a teste é a de que falantes do PB aceitam as sentenças predicativas em que um SNu feminino ocupa a posição de sujeito e dispara concordância de gênero feminino no adjetivo (como ‘criança é engraçada’). A segunda hipótese é a de que a falta de concordância torna a sentença agramatical dependendo do tipo de adjetivo que está sendo empregado – logo, há adjetivos que são aplicáveis apenas a indivíduos, que não se combinam com eventos/situações (como ‘gordo’).

O experimento psicolinguístico desenhado para verificar tais hipóteses consistiu na aplicação de dois testes: um teste de julgamento de gramaticalidade e um teste de produção linguística. Nas subseções a seguir, apresenta-se uma descrição da metodologia empregada no *design* e na aplicação do experimento, bem como a descrição e análise de seus

resultados.

3.2 METODOLOGIA

3.2.1 Experimento piloto

Antes da realização do teste conforme descrito nas subseções a seguir, em sua última forma, o experimento foi realizado por dez informantes, cinco do sexo feminino e cinco do sexo masculino, com o mesmo perfil descrito em 3.2.2. Tratava-se, porém, de uma versão piloto do experimento. Essa versão incluía ainda, diferentemente da versão oficial, um teste de interpretação. Esse teste trazia oito contextos, dentro dos quais era proferida uma sentença predicativa com um SNU feminino em posição de sujeito, sendo que o que variava nas sentenças-objeto era a presença ou ausência de morfologia de gênero feminino no adjetivo. Eram apresentadas duas paráfrases dessas sentenças, uma na qual o adjetivo estava atribuindo uma propriedade à denotação do SNU e outra na qual postulava-se uma estrutura de evento/situação. Um exemplo de sentença desse teste é (1):

(1) O Paulo gosta de crianças. Ele diz:

Criança é engraçada.

[] Em geral, crianças têm a característica de serem engraçadas.

[] Brincar com crianças é engraçado.

[] ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

[] nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

Esse teste de interpretação acabou sendo descartado por não mostrar nenhum resultado. Decidiu-se por tentar montar outro experimento de interpretação mais refinado, em um possível estudo futuro.

Os resultados dos testes de Julgamento de Gramaticalidade e de Produção Linguística, na versão piloto, mostraram que eles estavam bem montados, sendo feitos apenas pequenos ajustes para a forma final, apresentada nos apêndices A e B³⁴.

³⁴ Esses ajustes foram, em geral, de escolha de itens lexicais mais recorrentes na fala cotidiana. ‘Tenro’ é um exemplo de adjetivo que aparecia na versão piloto do experimento, mas que foi substituído por outro, em função de que os informantes diziam não conhecer seu significado.

3.2.2 Participantes

Participaram deste estudo 40 informantes, cuja seleção foi feita com base nos seguintes critérios: eles deveriam (a) ter nacionalidade brasileira, (b) ser falantes nativos do PB e (c) ter 18 anos de idade completos ou mais (a média de idade dos informantes foi de 23 anos). Para garantir a diversidade dos 40 informantes, 20 dos que foram selecionados eram do sexo feminino e os outros 20 eram do sexo masculino. Objetivando uma variedade na influência da escolaridade, optou-se pela seleção de participantes que tinham experiência escolar variada, sem familiaridade com a área de Letras-Linguística. A escolaridade dos informantes não foi controlada como variável, mas foi garantida a participação, no experimento, de informantes com ensino médio completo, graduandos, graduados, pós-graduandos e pós-graduados.

Para que os resultados não fossem influenciados pela ordem das tarefas, os 40 participantes foram organizados em dois grupos de 20 informantes cada, sendo 10 homens e 10 mulheres em cada grupo. O Grupo 1 realizou primeiro o teste de Julgamento de Gramaticalidade e, em seguida, o teste de Produção Linguística, tendo o Grupo 2 realizado a ordem inversa, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Organização dos informantes em grupos

Grupo	Número de informantes	Sexo	Ordem de realização dos experimentos
1	20	Feminino (10)	Experimento 1 – Experimento 2
		Masculino (10)	
2	20	Feminino (10)	Experimento 2 – Experimento 1
		Masculino (10)	

3.2.3 Instrumentos

Como já citado, o experimento consistiu na realização de dois testes, e o primeiro deles foi um Teste de Julgamento de Gramaticalidade (apêndice A). Esse teste objetivou, basicamente, verificar o julgamento de

gramaticalidade que os informantes atribuiriam a sentenças predicativas que apresentam um SNu feminino na posição aparente de sujeito. Para tanto, as sentenças elaboradas foram apresentadas em contexto, e a tarefa proposta aos informantes consistia na análise da gramaticalidade de cada sentença apresentada, em uma escala de 1 a 5, conforme o exemplo a seguir, utilizado no teste³⁵:

(2) A Megan está falando sobre como hoje em dia é difícil de se ver borboletas nessa região. Ela diz:

Borboleta é raro.

NADA NATURAL		MUITO NATURAL		
←		→		
1	2	3	4	5

Ao receberem as instruções a respeito do teste, os participantes eram informados de que a classificação atribuída à sentença deveria levar em conta “a maneira como os brasileiros falam na linguagem coloquial, do dia a dia”.

As variáveis envolvidas nesse teste eram três: (1) a presença ou ausência de morfologia de gênero feminino no adjetivo, (2) o tipo de adjetivo, se aplicável a eventos/situações e indivíduos ou apenas a indivíduos, e (3) o traço de animacidade do SNu sujeito. Se o informante julgasse a sentença natural no PB, ele deveria marcar o número 5; se julgasse como não natural, marcaria o número 1. Se o informante não soubesse como avaliar a sentença, marcaria o número 3. Os números 2 e 4

³⁵ O comando escrito com a indicação de como fazer o teste era o seguinte:

“Você está avaliando se um estrangeiro que está aprendendo Português Brasileiro aprendeu bem essa língua. Avalie se a sentença, no contexto, é uma sentença natural no português ou se você acha que a pessoa ainda não aprendeu muito bem o Português Brasileiro. Você vai avaliar a naturalidade da sentença numa escala de 1 a 5. Se a sentença é muito natural, porque é a maneira como os brasileiros falam, você dará nota 5. Se a sentença não é nada natural, porque não é desse modo que os brasileiros falam, você dará nota 1. Você pode fazer uso do restante da escala quando achar que o estrangeiro aprendeu um pouco, mas ainda não sabe muito ou já aprendeu, mas ainda não é o modo natural de falarmos. Se você escolher a nota 3 quer dizer que você não sabe se a sentença é ou não é natural no Português Brasileiro. Note que você deve avaliar se ele fala português como os brasileiros, e não se há alguma maneira de entender as palavras que ele falou.”

Após o comando, havia dois exemplos, para, então, iniciar uma sequência de 72 sentenças.

deveriam ser utilizados como uma forma de gradação dos números 1 e 5. Todos os informantes receberam as instruções sobre o Teste de Julgamento de Gramaticalidade por escrito e oralmente.

O Teste de Julgamento de Gramaticalidade continha 36 experimentais, e optou-se por dobrar esse número com mais 36 sentenças distratoras. As 72 sentenças que compuseram o teste foram apresentadas em contexto. As sentenças distratoras foram organizadas em dois grupos: 18 sentenças gramaticalmente aceitáveis, como (3), e 18 sentenças gramaticalmente não aceitáveis, como (4):

(3) A Joan está na academia. Ela diz:

Esse aparelho tá com muito peso.

(4) O Bill está numa loja escolhendo algumas roupas. Ele diz:

Jaqueta essa experimentar quero eu.

Como as sentenças experimentais eram predicativas, para as distratoras optou-se pela utilização de também outros tipos de sentenças, dando-se ênfase ao formato sujeito+verbo+objeto (nas sentenças aceitáveis), incluindo negações e sentenças interrogativas. As 72 sentenças foram organizadas no teste em ordem aleatória, a fim de evitar que o informante percebesse qualquer tipo de regularidade na sua apresentação.

As 36 sentenças experimentais foram organizadas em quatro grupos. O Grupo 1 foi formado por sentenças que apresentam adjetivos aplicáveis a indivíduos e também a eventos/situações, sem marcação de morfologia de gênero feminino, como a discutida sentença (7a) do capítulo 2, aqui repetida como (5):

(5) Criança é engraçado.

O Grupo 2 foi formado por sentenças com adjetivos aplicáveis a indivíduos e também a eventos/situações, com marcação de morfologia de gênero feminino, como a sentença (7b) do capítulo 2, aqui repetida como (6):

(6) Criança é engraçada.

O Grupo 3, por sua vez, foi formado por sentenças com adjetivos aplicáveis apenas a indivíduos, sem marcação de morfologia de gênero feminino, como (7):

(7) Mulher é fresco.

O Grupo 4, finalmente, consistia em sentenças com adjetivos aplicáveis apenas a indivíduos, com marcação de morfologia de gênero feminino, como, por exemplo, (8):

(8) Mulher é fresca.

O contexto das sentenças experimentais buscou induzir a interpretação do SNU como um indivíduo ou como um evento/situação, conforme a interpretação esperada de acordo com o grupo de sentenças em questão – visava-se, dessa forma, aferir, mesmo que indiretamente, se os falantes eram sensíveis às diferenças de interpretação entre essas sentenças. Apesar de controlar o traço de animacidade, a expectativa era de que esse traço não resultasse em diferenças significativas dentro do seu grupo de sentenças.

Como a única incompatibilidade apresentada entre o SNU feminino e o adjetivo nas sentenças experimentais foi a proposta para a elaboração do Grupo 3 de sentenças, esse era o único grupo para o qual se esperava uma alta rejeição – ou seja, esperava-se que o fato de o contexto induzir a interpretação do SNU como um indivíduo levaria o sujeito a escolher uma estrutura com concordância de gênero, logo, o grupo de sentenças 3 não seria muito aceito, uma vez que apresentava adjetivos sem concordância de gênero do adjetivo com tal sintagma.

Embora o Grupo 1 tivesse como expectativa uma boa avaliação pelos informantes, ressalta-se que o contexto não garante que eles seguiriam a interpretação pretendida na elaboração do teste, do SNU “sujeito” como denotando um evento ou indivíduo – o contexto, em última instância, também permitia a leitura de tal sintagma como indivíduo, e, se isso acontecesse, a sentença seria marcada como agramatical (em função de que a interpretação como um DP indivíduo levaria a preferência por um adjetivo com marcação de gênero feminino, em concordância com o SNU sujeito). As únicas rejeições esperadas aos grupos 2 e 4 seriam em função de o teste ser realizado via leitura, e o SNU em posição de sujeito, como já citado anteriormente, ser um elemento mais coloquial, oralizado, da língua. A Tabela 3 apresenta o *design* do Teste de Gramaticalidade.

Tabela 3 - Organização das sentenças experimentais e expectativa de avaliação pelos informantes

Grupo de	Traço de	Número de	Expectativa da
----------	----------	-----------	----------------

sentenças	animacidade do sujeito	sentenças	avaliação
1	+animado +humano	3	Gramatical
	+animado -humano	3	Gramatical
	-animado	3	Gramatical
2	+animado +humano	3	Gramatical
	+animado -humano	3	Gramatical
	-animado	3	Gramatical
3	+animado +humano	3	Agramatical
	+animado -humano	3	Agramatical
	-animado	3	Agramatical
4	+animado +humano	3	Gramatical
	+animado -humano	3	Gramatical
	-animado	3	Gramatical

O segundo teste elaborado para a verificação das hipóteses foi um Teste de Produção Linguística (apêndice B). Esse teste consistiu na apresentação de 24 sentenças em contexto, dentre as quais doze eram sentenças experimentais e doze eram sentenças distratoras. Em cada sentença faltava uma palavra, havendo um espaço em branco. O informante deveria, então, escolher uma opção – a opção que ele julgasse ser a melhor para preencher tal espaço³⁶. No caso das sentenças experimentais – predicativas com SNU feminino em aparente posição de sujeito –, tal palavra era o adjetivo. As opções de palavras para preencher o espaço em branco eram:

- 1) o adjetivo sem morfologia de gênero feminino;
- 2) o adjetivo com morfologia de gênero feminino;
- 3) ambas as opções acima;
- 4) nenhuma das opções acima.

No caso das sentenças distratoras, diversos vocábulos de diversas classes foram empregados como opção (artigos, substantivos, preposições

³⁶ O comando escrito com a indicação de como fazer o teste era o seguinte:

“A seguir você verá várias situações descritas. Cada situação é seguida de uma sentença, que está em negrito. Você deve escolher, dentre as opções dadas, a que melhor serve para preencher o espaço em branco das sentenças em negrito.”

Após o comando, havia um exemplo, para, então, iniciar a sequência de 36 sentenças.

etc). O contexto de cada sentença experimental foi pensado com a finalidade de guiar uma interpretação do SNU como indivíduo ou como evento. No exemplo (9), tem-se um contexto que induz à interpretação da sentença como sendo um tipo de evento/situação, algo como ‘sair com arquiteta’:

(9) O José está falando sobre sair com mulheres. Ele diz que sair com engenheira é legal, e sair com professora também é legal. Por outro lado, **arquiteta é _____**.

[] chato

[] chata

[] ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

[] nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

A expectativa era a de que, se o informante tivesse tal interpretação, marcaria a opção do adjetivo sem marcação de gênero feminino – ou seja, ‘chato’.

As sentenças experimentais foram, então, organizadas em dois grupos, conforme apresentado na tabela 4:

Tabela 4 - Grupos de sentenças experimentais

Grupo de sentenças	Interpretação do SNU induzida pelo contexto	Tipo de adjetivo
1	indivíduo	indivíduo
2	evento	indivíduo e evento/situação

Assim como no teste de julgamento de gramaticalidade, ressalta-se que havia a possibilidade de o informante interpretar tal sentença como predicativa sobre um indivíduo e, dessa forma, seria perfeitamente plausível a marcação da opção do adjetivo com morfologia de gênero feminino. Dessa forma, a expectativa de marcação das sentenças com adjetivos aplicáveis a indivíduos e eventos era de uma marcação mais variada – tanto do adjetivo com quanto sem morfologia de gênero feminino e, caso o informante conseguisse atribuir duas leituras diferentes à sentença dentro do contexto, ele poderia marcar a opção “ambos”. Já quando a interpretação sugerida pelo contexto ao sujeito era de indivíduo, esperava-se apenas a marcação da opção do adjetivo que apresentava marcação de morfologia de gênero feminino. A tabela 5 apresenta a organização das sentenças experimentais do Teste de Produção Linguística e a expectativa de

resultado:

Tabela 5 - Organização das sentenças experimentais e expectativa de resultado

Grupo de sentenças	Traço de animacidade do sujeito	Número de sentenças	Expectativa da marcação do adjetivo
1	+humano	3	apenas flexão feminina
	-animado	3	
2	+humano	3	flexão feminina, masculina ou ambas
	-animado	3	

Apesar de controlar o traço de animacidade, a expectativa era de que tal traço não apresentasse diferenças significativas dentro do seu grupo de sentenças. Como no teste 1, também neste as 24 sentenças foram apresentadas em ordem aleatória. As sentenças distratoras desse teste foram divididas em 4 grupos, cada um dos quais com 3 sentenças, e cada um deles deveria induzir a uma das quatro opções dadas.

Os dois testes, portanto, envolveram adjetivos aplicáveis a indivíduos e adjetivos aplicáveis a indivíduos e a eventos/situações. O procedimento metodológico adotado para a classificação do tipo de adjetivo foi o proposto no capítulo 2, aqui repetido por fins de conveniência: “se o adjetivo serve para complementar uma sentença como (10), ou uma sentença predicativa cujo sujeito é uma sentença infinitiva, como (11), então trata-se de um adjetivo de evento ou situação”.

(10) Esse evento/situação é _____.

(11) [oração no infinitivo] é _____.

Além de classificar os adjetivos, foi tomado o cuidado de contextualizar todas as sentenças dos testes, como já citado. Fez-se essa contextualização em função do fato de que, às vezes, uma única palavra pode estar se referindo a mais informações que estão subentendidas pelo contexto, como já apontado por Martin (1975), em particular na estrutura sem morfologia de gênero feminino no adjetivo. As sentenças distratoras, que dobraram o número de sentenças experimentais em cada teste, foram utilizadas também para garantir, com a análise dos resultados, que os informantes estavam prestando atenção suficiente nos testes.

3.2.4 Procedimentos

O experimento aqui descrito, antes de ser realizado, foi submetido à análise e aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da UFSC. Os participantes, em geral, foram amigos, familiares e conhecidos da autora, sendo oralmente recrutados para fazer o teste no momento em que a eles fosse mais conveniente.

Os participantes não eram informados sobre o foco de análise do teste, ao menos antes de sua realização, para que não fossem influenciados em seus julgamentos. Antes do início do experimento, o informante concordava com os termos descritos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice C), lia o comando escrito em papel que antecedia as sentenças do teste e era também instruído oralmente, a fim de esclarecer qualquer dúvida e enfatizar algumas recomendações. Dessa forma, todos os informantes realizaram o teste na presença da autora. As respostas foram sempre marcadas à caneta.

Ao final da realização da tarefa, a pesquisadora verificava as respostas, para verificar se o informante havia deixado alguma em branco, por descuido. Se possível, ainda, a pesquisadora fazia algumas perguntas, no caso de verificar respostas totalmente inesperadas.

3.3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta subseção, são descritos e analisados os resultados dos dois testes do experimento. Primeiramente, será discutido o resultado do teste de Julgamento de Gramaticalidade e, em seguida, o resultado do teste de Produção Linguística.

3.3.1 Teste de Julgamento de Gramaticalidade

Na tabela 6, é apresentado o resultado geral do teste de Julgamento de Gramaticalidade:

Tabela 6 - Resultado geral do Teste de Julgamento de Gramaticalidade

Grupo de sentenças	Avaliação dos informantes				
	1	2	3	4	5
I	2,22% (8)	11,11% (40)	2,77% (10)	30,27% (109)	53,61% (193)
II	0,55% (2)	4,44%	1,38%	26,38%	67,22%

		(16)	(5)	(95)	(242)
III	34,16% (123)	33,61% (121)	5% (18)	22,5% (81)	4,72% (17)
IV	0,55% (2)	4,16% (15)	2,22% (8)	20,55% (74)	72,5% (261)

Nota: os resultados apresentados são as porcentagens de marcação de cada opção, seguidas do número absoluto de marcações de opção, entre parênteses.

A análise dos resultados apresentados na tabela 6 indica uma confirmação das hipóteses levantadas inicialmente, de que falantes de PB aceitam as sentenças predicativas em que um SNu feminino ocupa aparentemente a posição de sujeito e dispara concordância de gênero no adjetivo e de que a falta de concordância torna a sentença agramatical dependendo do tipo de adjetivo empregado. O primeiro grupo de sentenças, com adjetivos aplicáveis a eventos/situações e indivíduos sem marcação morfológica de gênero feminino, obteve 83,88% dos julgamentos como “natural”, considerando-se as avaliações dos informantes que marcaram as opções 4 e 5. Tal dado aponta que essas sentenças são gramaticais, conforme apontado por Müller para a sentença (5) (‘Criança é engraçado’) e endossado pela autora deste trabalho.

As sentenças experimentais do grupo 2, com adjetivos aplicáveis a eventos/situações e indivíduos, com marcação morfológica de gênero feminino, como (6) (‘Criança é engraçada’), que, para Müller são agramaticais – e esse dado é usado pela autora para defender sua teoria de que o SNu seja um predicado – obtiveram 93,6% de julgamentos como “natural”, desses, sendo 67,22% relativos à marcações de nota 5. Isso indica claramente que o argumento de Müller não se sustenta, ao menos para os falantes que participaram deste experimento, e o SNu, ao menos nessas sentenças, deve mesmo estar em posição argumental.

O terceiro grupo de sentenças, que continham adjetivos aplicáveis apenas a indivíduos e que não tinham flexão de gênero feminino, obteve 67,77% de julgamentos negativos, o que indica que, de fato, se tratem de adjetivos de indivíduo. Acredita-se que a rejeição, nesse caso, não foi tão alta porque os informantes que marcaram tais sentenças como muito naturais tenham interpretado tais sentenças com um “classificador” implícito. Tome-se, por exemplo, a sentença (12).

(12) Onça é esperto.

Vários participantes, em conversa informal após o teste, explicaram a

aprovação de tal sentença sempre dizendo algo como “Ah, é que onça *é um bicho esperto*.” Isso parece explicar os 27,22% de julgamentos como “natural” – resultado considerado alto em relação ao esperado para as marcações de nota 4 e 5. Mesmo assim, esse resultado vai contra a hipótese de Müller, porque, de acordo com a hipótese dela, todas as sentenças deveriam ser aceitas. Logo, esperar-se-ia um alto grau de aceitabilidade, o que não foi verificado.

O resultado do quarto e último grupo de sentenças experimentais, que continham adjetivos aplicáveis apenas a indivíduos e apresentavam marcação de gênero feminino, é mais um indício de que a proposta de Müller não se adequa a uma descrição e análise do SNu em PB. Isso porque tais sentenças, das quais (13) é um exemplo utilizado no teste, receberam 93,05% de julgamentos como “natural”, dos quais 72,5% das sentenças foram avaliadas com a nota 5 – além dos 22,55% de marcações de nota 4. Apenas 0,55% das notas, ou seja, 2 de 360 marcações, foram de nota 1.

(13) Mulher é fresca.

O traço de animacidade do substantivo que formava o aparente sujeito SNu, embora a expectativa fosse de que não influenciasse na aceitabilidade das sentenças, foi testado. O resultado é exposto na tabela 7, a seguir.

Tabela 7 - Resultado do teste de Julgamento de Gramaticalidade conforme o traço de animacidade do sujeito

Grupo 1					
Traço do substantivo	Avaliação dos informantes				
	1	2	3	4	5
+Humano	6,6% (8)	14,1% (17)	3,3% (4)	32,5% (39)	43,3% (52)
+Animado	0% (0)	13,3% (16)	1,6% (2)	32,5% (39)	52,5% (63)
-Animado	0% (0)	5,8% (7)	3,3% (4)	25,8% (31)	65% (78)
Total	2,2% (8)	11,1% (40)	2,7% (10)	30,2% (109)	53,6% (193)
Grupo 2					
Traço do substantivo	Avaliação dos informantes				
	1	2	3	4	5
+Humano	0,8% (1)	5,8% (7)	1,6% (2)	33,3% (40)	58,3% (70)
+Animado	0% (0)	4,1% (5)	0,8% (1)	26,6% (32)	68,3% (82)
-Animado	0,8% (1)	3,3% (4)	1,6% (2)	19,1% (23)	75% (90)
Total	0,5% (2)	4,4% (16)	1,4% (5)	26,3% (95)	67,2% (242)
Grupo 3					
Traço do substantivo	Avaliação dos informantes				
	1	2	3	4	5
+Humano	39,1% (47)	34,1% (41)	3,3% (4)	19,1% (23)	4,1% (5)
+Animado	33,3% (40)	35% (42)	5% (6)	21,6% (26)	5% (6)
-Animado	30% (36)	31,6% (38)	6,6% (8)	26,6% (32)	5% (6)
Total	34,1% (123)	33,6% (121)	5% (18)	22,5% (81)	4,7% (17)
Grupo 4					
Traço do substantivo	Avaliação dos informantes				
	1	2	3	4	5
+Humano	0,8% (1)	5,8% (7)	1,6% (2)	18,3% (22)	73,3% (88)
+Animado	0% (0)	0,8% (1)	0,8% (1)	22,5% (27)	75,8% (91)
-Animado	0,8% (1)	5,8% (7)	4,1% (5)	20,8% (25)	68,3% (82)
Total	0,5% (2)	4,1% (15)	2,2% (8)	20,5% (74)	72,5% (261)

Nota: os resultados apresentados são as porcentagens de marcação de cada opção, seguidas do número absoluto de marcações de opção, entre parênteses.

A análise da tabela 7 mostra que a animacidade, como um padrão geral, não

foi uma variável significativa na aceitabilidade ou não das sentenças testadas no Teste de Julgamento de Gramaticalidade, comprovando-se a nossa expectativa de que esse traço é irrelevante.

Os dados obtidos com a realização do Teste de Julgamento de Gramaticalidade mostram que as hipóteses formuladas no capítulo anterior foram confirmadas com a aplicação do teste. A alta aceitabilidade de sentenças predicativas cujo adjetivo apresenta morfologia de gênero feminino indica que esse nominal seja, sim, um argumento, e não um predicado, pois está em posição desencadeadora de concordância (logo, SpecIP), ao menos nessas sentenças. Por outro lado, a observação do resultado do julgamento das sentenças que formaram os grupos 1 e 3 é significativa pelo seguinte motivo: houve uma alta rejeição de sentenças com adjetivos aplicáveis apenas a indivíduos e sem morfologia de gênero feminino (grupo 3), ao passo que as sentenças com adjetivos que também não tinham morfologia de gênero feminino, mas que foram classificados com aplicáveis a eventos/situações além de indivíduos, foram altamente aceitas (grupo 1). Isso mostra que há, de fato, questões envolvidas na seleção do adjetivo, conforme o proposto no capítulo 2 – o que não é explicado por Müller, que apenas afirma a gramaticalidade de qualquer sentença predicativa que tenha um S_{Nu} feminino e não apresente concordância de gênero do adjetivo com o S_{Nu}. A aceitabilidade de sentenças do grupo 2, com adjetivos aplicáveis a eventos/situações e indivíduos, juntamente com a aceitabilidade do grupo 1, pode ser um indício a favor da hipótese de que o contexto no qual a sentença é proferida tem alta influência sobre sua interpretação. Isso, mesmo que indiretamente, confirma a hipótese de que sentenças predicativas com S_{Nu} feminino e adjetivos com e sem marcação de gênero feminino têm estruturas sintático-semânticas distintas.

3.3.2 Teste de Produção Linguística

A análise dos resultados do teste de Produção Linguística corroborou o resultado do teste de Julgamento de Gramaticalidade. Na tabela 8, apresenta-se o resultado preliminar:

Tabela 8 - Resultado geral do Teste de Produção Linguística

Grupo de sentenças	Escolha dos informantes			
	adjetivo sem flexão de gênero	adjetivo com flexão de gênero	ambas	nenhuma
1	1,66% (4)	80,83% (194)	15,42% (37)	2,08% (5)
2	35,41% (85)	30,41% (73)	26,66% (64)	7,5% (18)

Nota: os resultados apresentados são as porcentagens de marcação de cada opção, seguidas do número absoluto de informantes que escolheram tal opção, entre parênteses.

A tabela 8 mostra que as sentenças com adjetivo de indivíduo (grupo 1) foram preferencialmente completadas com a opção que apresenta marcação morfológica de gênero feminino, pois 80,83% dos informantes marcaram tal opção. Esse dado endossa o resultado do julgamento das sentenças dos grupos 2 e 4 do Teste de Julgamento de Gramaticalidade, apontando, mais uma vez, o fato de que o SNU feminino em posição de sujeito de sentenças predicativas desencadeia, sim, a concordância de gênero no adjetivo, gerando sentenças gramaticalmente aceitáveis. Além disso, trata-se de uma indicação de que os falantes estabelecem uma relação entre o contexto e essa estrutura sintático-semântica, indicando que ela se diferencia da estrutura sem concordância. Os 2,08% de informantes que marcaram que nenhuma das opções eram boas para completar a sentenças o fizeram, de acordo com comentários pós-teste, por julgarem que tal adjetivo não era adequado, e não em função da presença ou ausência de concordância. A sentença testada que obteve maior índice de marcação da opção do adjetivo flexionado em sua forma feminina foi (14)

(14) O Pedro está comentando que as meninas passam bastante tempo se arrumando. Ele diz:

Menina é _____.

[0%] vaidoso

[92,5%] vaidosa

[7,5%] ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

[0%] nenhuma das alternativas acima é boa para completar a frase

O segundo grupo de sentenças experimentais (grupo 2), que envolvia adjetivos aplicáveis a indivíduos e também a eventos/situações, também teve as expectativas confirmadas. O resultado, que ficou bastante

equilibrado com a expectativa, se mostra relevante ainda mais pelo fato de que a maioria dos informantes selecionou a opção que não apresentava marcação de gênero feminino. Isso indica que os informantes tenham compreendido a indução, feita pelo contexto, de que o adjetivo não estaria predicando diretamente sobre o SNu, e sim sobre outra estrutura de evento/situação aqui não especificada. Mais uma vez, o comportamento dos falantes indica que eles estão atribuindo diferentes estruturas sintático-semânticas para sentenças predicativas com e sem marcação de gênero. O fato de mais de 30% dos informantes terem selecionado o adjetivo com marcação de gênero feminino mostra, novamente, que a intuição de Müller não é igual àquela dos falantes que participaram deste experimento e, mais uma vez, endossa a proposta aqui apresentada de que o SNu, nessas sentenças, é um argumento, e não um predicado. Tal resultado indica, ainda, que os informantes que marcaram tal opção devem ter interpretado o SNu como sujeito da sentença – tal interpretação, ressalta-se, também é possível dentro dos contextos dados.

A sentença (15) fez parte do teste, e seu resultado mostra um dos casos nos quais os falantes entendem que a estrutura sem gênero não predica sobre o indivíduo denotado pelo SNu:

(15) A Patrícia é caminhoneira, e está falando sobre como não é seguro para uma mulher atuar nessa profissão. Ela diz:

Caminhoneira é _____.

[52,5%] perigoso

[2,5%] perigosa

[17,5%] ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

[27,5%] nenhuma das alternativas acima é boa para completar a frase

Se não considerarmos os falantes que entenderam que nenhuma das alternativas era adequada, – entendendo-se que eles marcaram tal opção por julgar que o adjetivo não era adequado, como já citado – mais de 72% escolheram a alternativa com morfologia neutra; o que, mais uma vez, segue as expectativas levantadas nas hipóteses.

Assim como no teste de Julgamento de Gramaticalidade, a variável animacidade não se mostrou muito relevante, como mostra a tabela 9. Ressalta-se, porém, que os SNus sujeitos das sentenças do grupo 1 que apresentavam o traço +humano, em detrimento dos que apresentavam o traço –animado, receberam 15% a mais de escolha de adjetivo com flexão de gênero feminino pelos informantes. Hipotetiza-se que, apesar de gênero e sexo não se confundirem, o fato de que os sujeitos +humanos apresentam

essa característica possa ter sido o peso que resultou nessa diferença.

Tabela 9 - Resultado do teste de Produção Linguística conforme o traço de animacidade do sujeito

Grupo de sentenças	Traço do SNU	Escolha dos informantes			
		adjetivo sem flexão de gênero	adjetivo com flexão de gênero	ambas	nenhuma
1	+ humano	0% (0)	88,33% (106)	10% (12)	1,66% (2)
	- animado	3,33% (4)	73,33% (88)	20,83% (25)	2,5% (3)
2	+ humano	37,5% (45)	30% (36)	22,5% (27)	10% (12)
	- animado	33,33% (40)	30,83% (37)	30,83% (37)	5% (6)

Nota: os resultados apresentados são as porcentagens de marcação de cada opção, seguidas do número absoluto de informantes que escolheram tal opção, entre parênteses.

Conforme os comentários e a análise que acompanharam a descrição dos resultados dos dois testes elaborados para o experimento psicolinguístico aqui descrito, as hipóteses de trabalho levantadas nesta pesquisa foram confirmadas, ao menos se considerando a intuição dos falantes de PB que participaram da pesquisa.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs uma discussão acerca do tipo semântico do sintagma nominal singular nu no PB, e mostrou que a análise desse sintagma como um predicado, proposta por Müller (2002, entre outros) é problemática, pois não dá conta da intuição dos falantes nativos da língua – ao menos dos falantes que participaram do experimento psicolinguístico descrito. Verificou-se, com base no experimento psicolinguístico descrito no capítulo 3, que sentenças predicativas que têm um SNu em aparente posição de sujeito são gramaticais tanto com quanto sem a morfologia de gênero feminino no adjetivo. Esse fato, por si só, já inviabiliza a análise de Müller (2002), uma vez que mostra que o SNu pode estar em posição desencadeadora de concordância, pois apenas DPs/argumentos podem ocupar a posição SpecIP (posição de sujeito da sentença, que desencadeia o vínculo de concordância) – logo, o SNu no PB é um argumento.

Mostrou-se que as sentenças-objeto desta pesquisa possuem significados distintos quando apresentam e quando não apresentam morfologia de gênero feminino no adjetivo e que os falantes são sensíveis a essa diferença. Esse fato serviu como base para a proposta de análise de tais sentenças, de acordo com a qual a presença de concordância do adjetivo com o SNu indica que o SNu seja, como já citado, o sujeito da sentença, e a ausência de marcação morfológica de gênero feminino não indica que o adjetivo não esteja estabelecendo vínculo de concordância com nenhum elemento da sentença, e sim que o elemento sobre o qual o adjetivo está se aplicando não é aquele diretamente denotado pelo SNu – propôs-se se tratar de uma estrutura não pronunciada de evento, nos termos de Martin (1975), ou um DP ao qual faltam alguns traços phi, nos termos de Foltran & Rodrigues (2013), o que permite a ele denotar uma situação.

A análise das sentenças com e sem marcação de gênero feminino permitiu explicar a restrição envolvida no emprego de certos adjetivos, nessas sentenças: a classe dos adjetivos se divide, internamente, em duas – há adjetivos que são aplicáveis apenas a indivíduos e adjetivos que são aplicáveis, além de a indivíduos, também a eventos/situações. O experimento também confirmou que os falantes são sensíveis a essa distinção.

Para trabalhos futuros, mostra-se necessário repensar algumas questões envolvidas no experimento psicolinguístico. Dentre essas questões, coloca-se: como testar com falantes a interpretação das sentenças? Ou seja: como, exatamente, essas sentenças são interpretadas? Como,

exatamente, o contexto induz o falante a interpretações diferentes? Qual é o significado das sentenças predicativas que não apresentam concordância de gênero entre o SNu feminino, aparentemente sujeito, e o adjetivo? Ressalta-se, ainda, a importância de controlar o nível de escolaridade dos informantes, com a finalidade de descobrir se essa variável interfere na aceitabilidade de tais sentenças.

Sobre as sentenças às quais se propôs que o adjetivo não está atuando diretamente sobre o SNu aparentemente sujeito – ou seja, as sentenças cujos adjetivos não apresentam morfologia de gênero feminino em concordância com o gênero do SNu –, é necessário investigar exatamente qual sua denotação: o SNu é parte de uma sentença infinitiva “abreviada”?; é um DP ao qual faltam alguns traços *phi* e, por isso, denota uma situação?; há outra análise para essas sentenças? Os fenômenos estudados nesta pesquisa acontecem em outras línguas?

Finalmente, ressalta-se que, como se entende que a presença e a ausência da morfologia de gênero feminino nos adjetivos dessas sentenças indiquem que suas estruturas e significados não sejam exatamente iguais, elas podem apresentar um processamento cerebral diferente. No caso da sentença em que o adjetivo concorda com o gênero do SNu, o DP sujeito é o próprio SNu; no outro caso, porém, o DP seria uma outra estrutura (não esmiuçada neste trabalho, por não se tratar de seu foco). Se se tratar de uma estrutura abreviada como ‘brincar com criança’, porém, o SNu está ainda em posição argumental, de argumento interno do verbo elidido. Testes que mensurem o tempo de reação e processamento, por exemplo, podem confirmar ou refutar essa hipótese, ma vez que a expectativa é que as sentenças às quais se postula uma estrutura abreviada deveriam demorar mais para serem processadas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABBOTT, Barbara. Definiteness and indefiniteness. In: HORN, Laurence; WARD, Gregory. **The Handbook of Pragmatics**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p.122-149.

BASSO, Renato Miguel. **Telicidade e detelicização**: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2007.

BEYSSADE, Claire. A semântica dos definidos genéricos em francês. In: PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; PERUCHI MEZARI, Meiry. (Orgs.) **Nominais Nus: um olhar através das línguas**. Campinas: Mercado de Letras: 2012. p.27-58

CARLSON, G. A unified analysis of the English bare plural. *In: Linguistics and Philosophy*. 1, 1977. p.413-457.

CHIERCHIA, Gennaro. Reference to kinds across languages. *In: Natural Language Semantics*. 6-4, 1998. p.339-405

DAYAL, Veneeta. Number Marking and (in)definiteness in kind terms. **Linguistics and Philosophy**. n.27. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2004. p.393-450.

DIESING, Molly. **Indefinites**. Cambridge: MIT Press, 1992.

DOBROVIE-SORIN, Carmen.; BLEAM, Tonia.; ESPINAL, Maria Teresa. Nomes nus, número e tipos de incorporação. *In: Roberta; PERUCHI MEZARI, Meiry. (Orgs.) Nominais Nus: um olhar através das línguas*. Campinas: Mercado de Letras: 2012. p.59-92

FOLTRAN, Maria José.; RODRIGUES, Patrícia Araújo. On Denoting Abstract Entities. *In: Revista da ABRALIN*. 2013. (no prelo)

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. **Lógica e filosofia da**

linguagem. São Paulo: Cultrix, 1978 [1892].

GEACH, Peter. **Reference and Generality: An Examination of Some Medieval and Modern Theories.** Ithaca, New York: Cornell University Press, 1962.

HEIM, I. **The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases.** UMass Amherst, 1982.

KRATZER, A. Stage-level and individual-level predicates. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. J. (Orgs.) **The Generic Book.** Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p.125-175.

KRIFKA, M.; PELLETIER, F. J.; CARLSON, G. N.; MEULEN, A. T.; LINK, G.; CHIERCHIA, G. Genericity: an introduction. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. J. (Orgs.) **The Generic Book.** Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p.1-124.

LEWIS, D. Adverbs of quantification. In: KEENAN, E. (Ed.) **Formal Semantics of Natural Language.** Cambridge University Press, 1975. p.3-15.

LINK, G. The logical analysis of plural and mass nouns: a lattice theoretic approach. In: BAÜERLE, R.; SCHWARZE, C.; STECHOW, A Von. (Orgs.) **Meaning, Use and Interpretation of Language.** Berlin: de Gruyter, 1983. p.302-323.

MARTIN, John W. Gênero? **Revista Brasileira de Lingüística.** 2, p.3-8,1975. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/Genero.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

MATTOSO CÂMARA JR, Joaquim. **Estrutura da Língua Portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 1970.

MIOTO, Carlos; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; VASCONCELLOS, Ruth. **Novo Manual de Sintaxe.** 3 ed. Florianópolis: Insular, 2007.

_____.; QUAREZEMIN, Sandra. **Sintaxe do Português.** Florianópolis:

LLV/CCE/UFSC, 2012.

MÜLLER, Ana Lúcia. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In: MÜLLER, Ana; NEGRÃO, Esmeralda Vailati; FOLTRAN, Maria José. (Orgs.) **Semântica Formal**. São Paulo: Contexto, 2003. p.153-173.

_____. Genericity and the denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. **D.E.L.T.A.** n.18, p.287-308, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v18n2/v18n2a05.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. Sentenças genericamente quantificadas e expressões de referência à espécie no Português do Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)**, Campinas, v. 39, 2000. p.141-158

_____. Tópico, Foco e Nominais Nus no PB. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; PIRES DE OLIVEIRA, R. (Org.). **Sentido e Significação**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.77-95.

MUNN, Alan.; SCHMITT, Cristina. Number and indefinites. **Lingua**. 115, p.821-855, 2005.

PARTEE, Barbara. Topic, focus and quantification. **Semantics and Linguistic Theory**. 1, 1991. p.159-87.

PERELTSWAIG, Asya. Small Nominals. **Natural Language & Linguistic Theory**. 24/2. 2006. p.433-500

PERUCHI MEZARI, Meiry. **Singular nu**: comparando teorias. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. **O Singular Nu e o Parâmetro Semântico**: contagem e espécie. 2012. (manuscrito)

_____.; ROTHSTEIN, Susan. Bare singular phrases are mass Brazilian Portuguese. **Lingua**. 2011.

ROTHSTEIN, Susan. Counting and the Mass-Count Distinction. **Journal**

of **Semantics**. 27(3), 2010. p.343-397.

RUSSELL, Bertrand. On Denoting. **Mind**. 14, p.479-493, 1905.

SCHMITT, Cristina; MUNN, Alan. Against the Nominal Mapping Parameter: Bare nouns in Brazilian Portuguese. **Proceedings of NELS 29**. 1999.

STRAWSON, P. F. On Referring. **Mind**. V. 59, N. 235, p.320-344, 1950.

TAVEIRA DA CRUZ, Ronald. A estrutura dos nominais nus e a incorporação semântica no PB. In: PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; PERUCHI MEZARI, Meiry. (Orgs.) **Nominais Nus**: um olhar através das línguas. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

APÊNDICES

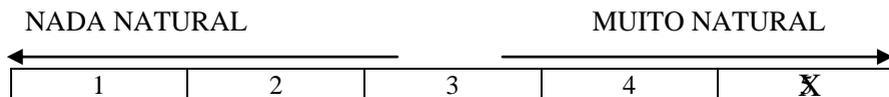
APÊNDICE A – Teste de Julgamento de Gramaticalidade

TESTE DE JULGAMENTO DE GRAMATICALIDADE

Você está avaliando se um estrangeiro que está aprendendo português brasileiro aprendeu bem essa língua. Avalie se a sentença, no contexto, é uma sentença natural no português ou se você acha que a pessoa ainda não aprendeu muito bem o português. Você vai avaliar a naturalidade da sentença numa escala de 1 a 5. Se a sentença é muito natural, porque é a maneira como os brasileiros falam, você dará nota 5. Se a sentença não é nada natural, porque não é desse modo que os brasileiros falam, você dará nota 1. Você pode fazer uso do restante da escala quando achar que o estrangeiro aprendeu um pouco, mas ainda não sabe muito ou já aprendeu, mas ainda não é o modo natural de falarmos. Se você escolher a nota 3 quer dizer que você não sabe se a sentença é ou não é natural no português. Note que você deve avaliar se ele fala português como os brasileiros, e não se há alguma maneira de entender as palavras que ele falou. Por exemplo:

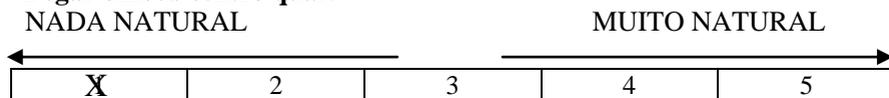
Exemplo (1): O John acabou de chegar em casa e o colega dele diz que tem comida pronta na geladeira. Ele abre a geladeira e diz:

Eu não gosto de carne ensopada.



Exemplo (2): A Megan está perdida, e não sabe qual ônibus ela deve pegar para voltar para o hotel, no centro da cidade. Ela diz:

Pegar ônibus centro qual?



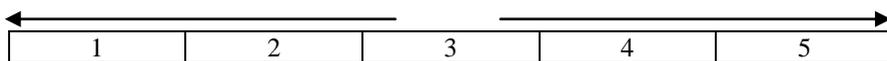
Agora que você já sabe como fazer o teste, use sua intuição de falante nativo do Português Brasileiro para julgar as sentenças a seguir:

1) A Joan tem uma tartaruga de estimação, e fica falando das vantagens de se ter uma tartaruga de estimação, porque elas têm certas características. Ela diz:

Tartaruga é silenciosa.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

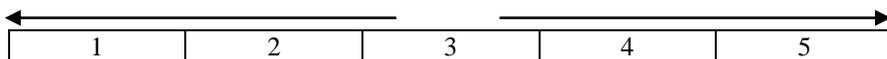


2) O Paul está fazendo intercâmbio na UFSC. Ele diz:

Lanche aqui é muito caro.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

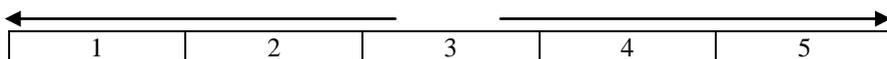


3) O Bill está terminando sua temporada no Brasil. Ele diz:

Nunca vou me esquecer dessa experiência.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

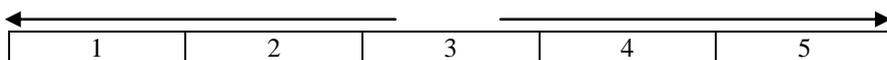


4) O Paul e seus colegas estão conversando sobre algumas características das mulheres, sobre como elas têm ataques por causa de baratas e sapos. Ele diz:

Mulher é fresco.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

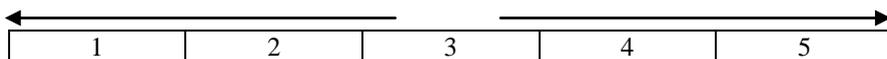


5) O Bill está falando sobre seus colegas de classe. Ele diz:

A galera é muito inteligente.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

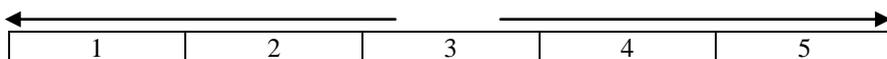


6) A Megan está falando sobre como hoje em dia é difícil de se ver borboletas nessa região. Ela diz:

Borboleta é raro.

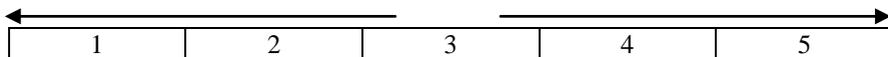
NADA NATURAL

MUITO NATURAL



7) O Bill está tentando tocar violão e diz:

Nada tocar sabo.

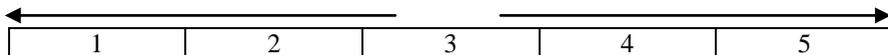


20) O Peter está na fazenda observando as pastagens e as vacas que estão lá e quer descrever como elas são fisicamente. Ele diz:

Vaca é gordo.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

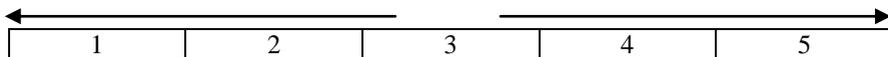


21) A Joan está na academia. Ela diz:

Esse aparelho tá com muito peso.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

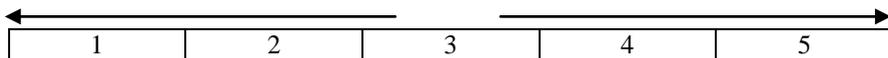


22) O Bill está falando sobre como é ir para casa de bicicleta na hora do trânsito. Ele diz:

Bicicleta é rápido.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

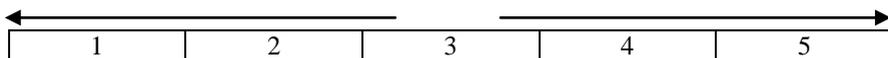


23) O Paul está falando sobre espécies de animais que estão em extinção hoje em dia. Ele diz:

Borboleta é rara.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

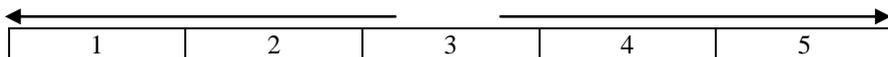


24) A Joan quer experimentar chimarrão. Ela diz:

Provar isso beber quero.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL



25) A Megan está falando sobre as diferenças entre seus amigos e amigas, comentando que eles não se comportam da mesma forma. Ela diz:

Menina é divertida.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

38) O Bill está saindo de carro e vê que tem um problema. Ele diz:

O carro é com a farol estragada.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

←			→	
1	2	3	4	5

39) O John não gosta de cachoeira e está explicando o motivo pelo qual ele não vai entrar na água. Ele diz:

Cachoeira é gelada.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

←			→	
1	2	3	4	5

40) O Peter fala sobre as cozinheiras que já contratou, sobre como as características desse tipo de profissional, como elas são. Ele diz:

Cozinheira é neurótico.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

←			→	
1	2	3	4	5

41) O Paul está contando que as crianças gostam muito de falar coisas divertidas. Ele diz:

Criança é engraçada.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

←			→	
1	2	3	4	5

42) A Joan não quer passar o final de semana no sítio. Ela diz:

Odeio mato!

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

←			→	
1	2	3	4	5

43) O Paul está falando sobre como é difícil alimentar animais num zoológico. Ele diz:

Onça é perigoso.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

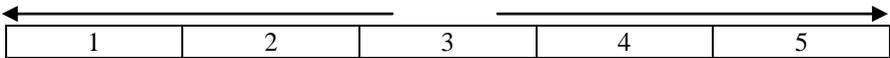
←			→	
1	2	3	4	5

44) A Joan quer chamar suas amigas para o cinema que abriu na semana passada. Ela diz:

Cinema é próximos aqui.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

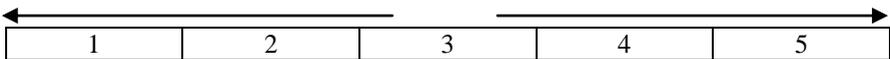


45) A Joan foi convidada pra almoçar por uma amiga. Ela diz:

Eu não tô com fome agora.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

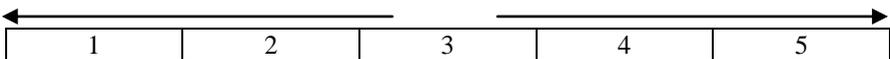


46) O Paul está falando sobre o sofá da casa dele. Ele diz:

Molhado o sofá ser.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

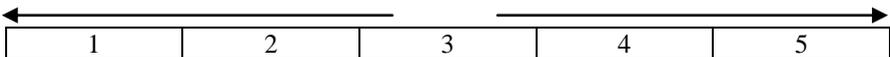


47) O Paul está comparando bicicleta e outros meios de transporte. Ele diz:

Bicicleta é rápida.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

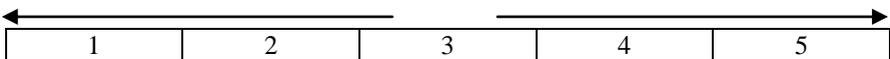


48) O Bill está falando sobre seus filhos adolescentes, comparando seus comportamentos, dizendo que meninos e meninas não se comportam da mesma maneira. Ele fala sobre como é lidar com eles e diz:

Moça é problemático.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

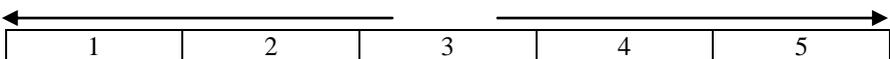


49) A Megan está no zoológico vendo a sessão de ofídios. Comentando sobre algumas características desses animais, ela diz:

Cobra é lenta.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

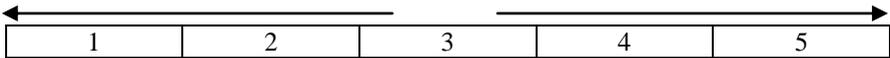


50) O Bill está falando sobre o que ele pesquisa no seu doutorado. Ele diz:

Linguística é coisa de louco.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

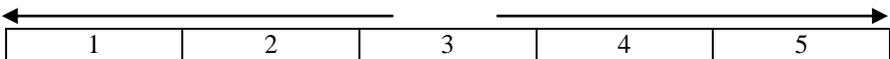


51) O John está tentando convencer sua filha de que não há perigo em andar de charrete. Ele diz:

Charrete é seguro.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

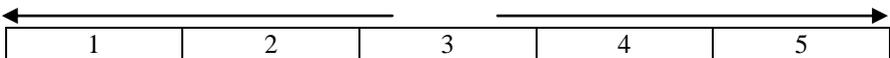


52) A Joan está sendo atendida na padaria. Ela diz:

Eu quero três pão.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

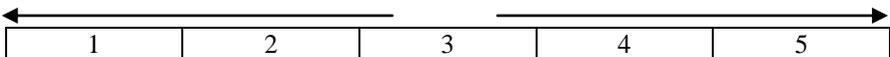


53) O John precisa de um documento que emprestou para o Pedro. Ele diz:

Cadê tá aquele documento?

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

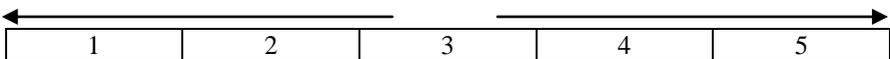


54) O Paul quer contar para seu amigo como ele se diverte com crianças, como é brincar com elas. Ele diz:

Criança é engraçado.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

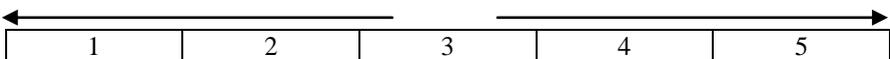


55) A Megan está descrevendo algumas aves. Ela diz:

Garça é branca.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

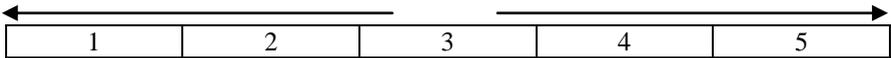


56) O John acabou de ver uma partida de futebol. Ele diz:

Os jogador têm muito talento.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

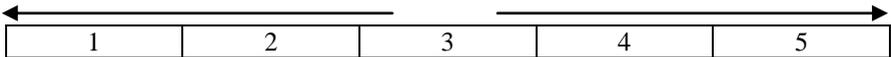


57) O Bill está comentando sobre as secretárias que trabalham com ele, que estão sempre contando piadas. Ele diz:

Secretária é bem-humorado.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

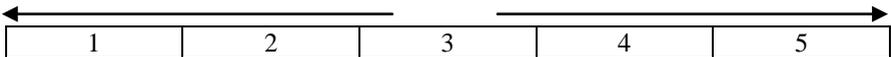


58) O Paul comeu demais em um jantar e está se sentindo mal. Ele diz:

Eu enjoada tô.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

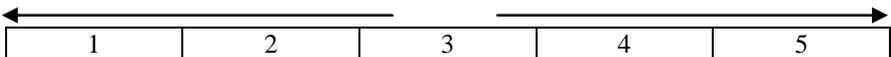


59) O Bill está falando sobre mulher com seus amigos, sobre como elas têm medo de insetos. Ele diz:

Mulher é fresca.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

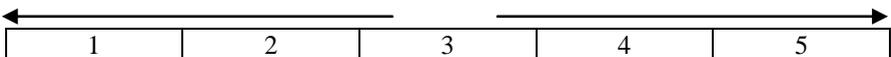


60) O Bill precisa chegar a um compromisso que inicia às 17h, e ele sabe que só chegará depois desse horário. Ele diz:

Eu me vou atrasarei.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

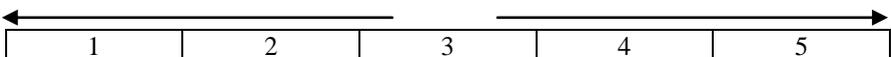


61) O Paul está falando sobre alimentos que são ruins e os que não são, que são saudáveis. Ele diz:

Batata é boa.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

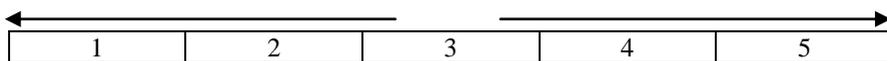


62) O Paul fez muitos amigos no Brasil. Ele diz:

Brasileiro é bem amigável.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

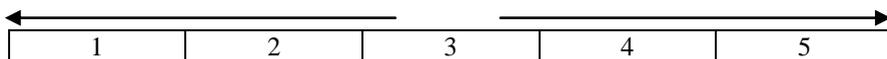


63) O John está explicando como ver se a carne está fresca. Ele diz:

Carne é rosado.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

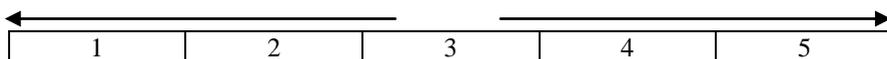


64) O Paul esta cotando como foi seu fim de semana. Ele diz:

A gente fez uma trilha.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

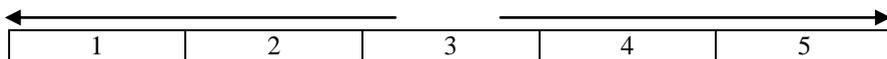


65) O John quer fazer uma carteira de trabalho. Ele diz:

Preciso fazer cópia de uns documentos.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

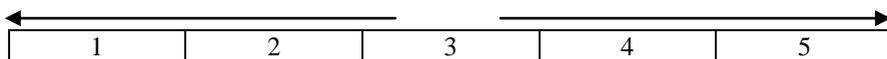


66) A Joan não gosta de bicicleta. Ela diz:

Bicicleta é desengonçado.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL

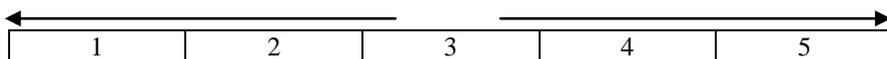


67) O Paul está explicando para seu filho por que ele deve manter distância de lagartas, quando ver alguma. Ele diz:

Lagarta é venenosa.

NADA NATURAL

MUITO NATURAL



68) O Paul cortou a mão e precisa fazer pontos. Ele diz:

Onde fica o hospital mais próximo?

NADA NATURAL

MUITO NATURAL



APÊNDICE B – Teste de Produção Linguística

TESTE DE PRODUÇÃO

A seguir, você verá várias situações descritas. Cada situação é seguida de uma sentença, que está em negrito. Você deve escolher, dentre as opções dadas, a que melhor serve para preencher o espaço em branco das sentenças em negrito.

Por exemplo:

A Joana quer sair com suas amigas, mas a festa é longe e elas não têm carro. Ela diz:

_____ **encontrar uma carona.**

precisa

precisamos

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

Agora que você já sabe como fazer o teste, use sua intuição de falante nativo do Português Brasileiro para escolher a melhor alternativa.

1) O Paulo está na padaria escolhendo o que vai comer. Ele diz:

Quero _____ pão.

isso

aquilo

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

2) O Pedro está comentando que as meninas passam bastante tempo se arrumando. Ele diz:

Menina é _____.

vaidoso

vaidosa

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

3) O João trabalha com pedras, e está falando sobre sua atividade, falando sobre como é classificar pedra. Ele diz:

Pedra é _____.

misterioso

misteriosa

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

4) A Maria chegou na casa dos seus amigos, que perguntaram onde ela queria sentar. Ela respondeu:

Eu vou sentar __ sofá.

em

no

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

5) O Pedro está muito bravo porque o João mexeu nas suas coisas. Ele pergunta:

Por que ____ você fez isso?

qual

é que

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

6) A Joana está fazendo a descrição de alguns animais. Ela diz:

Cobra é _____.

comprido

comprida

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

7) O Pedro está muito apaixonado pela Maria. Ele diz para ela:

Eu ____ amo.

te

lhe

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

8) A Patrícia é caminhoneira, e está falando sobre como não é seguro para uma mulher atuar nessa profissão. Ela diz:

Caminhoneira é _____.

perigoso

perigosa

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

9) A Rita está descrevendo algumas frutas. Ela diz:

Maçã é _____.

vermelho

vermelha

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

10) O João quer fazer caipira e vai ao mercado comprar os ingredientes. Ele diz:

Vou levar cinco _____.

limão

limões

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

11) O Pedro está tentando tocar violão, mas acha muito difícil. Ele diz:

Isso é quase _____.

impossível

ipossível

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

12) A Maria está falando sobre sua desconfiança com as ciganas da cidade. Ela diz:

Cigana é _____.

ganancioso

gananciosa

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

13) A Joana odeia acordar cedo. Ela diz:

Eu amo dormir até _____.

ontem

entardecido

- ambas as alternativas acima são boas para completar a frase
 nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

14) O José está falando sobre sair com mulheres. Ele diz que sair com engenheira é legal, e sair com professora também é legal. Por outro lado, **arquiteta é _____**.

- chato
 chata
 ambas as alternativas acima são boas para completar a frase
 nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

15) A Rita está numa festa, mas está muito cansada. Ela diz:

Quero ir ____ casa.

- pra
 para
 ambas as alternativas acima são boas para completar a frase
 nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

16) O Paulo está falando sobre como são seus alunos. Ele diz:

_____ alunos são estudiosos.

- as
 umas
 ambas as alternativas acima são boas para completar a frase
 nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

17) O João está comparando os meios de transporte mais rápidos para chegar ao trabalho. Explicando que, por causa das filas, chegar de carro é demorado, ele diz que para chegar no trabalho:

Motocicleta é _____.

- ligeiro
 ligeira
 ambas as alternativas acima são boas para completar a frase
 nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

18) O Pedro quer saber em qual gaveta sua mãe guardou o carregador do seu celular. Ele pergunta:

_____ que tá o carregador, mãe?

- onde
 cadê
 ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

19) A Maria está explicando que alguns tipos de pedras são difíceis de se ver em joias, embora elas sejam pedras comuns. Ela diz:

Esmeralda é _____.

raro

rara

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

20) O Paulo está no carro e não consegue ligá-lo. Ele diz:

O carro não dá _____.

partitura

partida

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

21) O João está ensinando as formas das coisas para o seu filhinho. Ele diz:

Bola é _____.

redondo

redonda

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

22) O Pedro adora aquela fruta alaranjada que tem gomos e que é fácil de descascar com as mãos. Ele diz:

Minha fruta favorita é _____.

tangerina

bergamota

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

23) A Rita adora cuidar de crianças. Sobre essa atividade, ela diz:

Criança é _____.

engraçado

engraçada

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

24) O José só faz queda de braço com homens. Ele diz:

Mulher é _____.

fraco

fraca

ambas as alternativas acima são boas para completar a frase

nenhuma das alternativas é boa para completar a frase

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

As informações contidas neste termo visam firmar acordo, por escrito, mediante o qual o sujeito objeto de pesquisa autoriza sua participação, com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos a que se submeterá, com capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação. Os dados não serão divulgados e seu nome será mantido em sigilo.

Título do trabalho experimental: Análise de percepção de nominais nus e marcação de gênero gramatical em sentenças predicativas no Português Brasileiro.

Pesquisadoras responsáveis: Meiry Peruchi Mezari e Roberta Pires de Oliveira

Objetivos: Analisar a percepção e interpretação de sentenças utilizando-se dos nominais nus em posição pré-verbal de sentenças predicativas no Português Brasileiro.

Justificativa: Há necessidade de novos estudos nas áreas da Semântica para ratificar ou não os padrões descritos na literatura.

Procedimentos do experimento: Será realizada a leitura de 96 sentenças em questionário impresso. Durante a leitura, o sujeito analisará qualitativamente algumas das sentenças e preencherá outras, sempre de acordo com sua intuição linguística.

Benefícios: Estudos na área da Semântica vêm contribuindo para o entendimento dos diversos padrões de sentenças da língua portuguesa e de línguas estrangeiras.

Consentimento:

Eu _____,
certifico que, tendo lido as informações acima e suficientemente esclarecido(a) de todos os itens, estou plenamente de acordo com a realização do experimento. Assim, eu autorizo a execução do trabalho de pesquisa exposto acima.

Florianópolis, ____ de _____ de 2013.

NOME (legível) _____

RG _____

ASSINATURA _____